ATA N.º 6/2018

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018:

Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Inês Fitas Cação (CDU), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Ana Marta Aleixo Figueiras dos Santos (PS), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação da ata da sessão anterior.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a terceira revisão aos Documentos Previsionais do Município de Peniche (modificação 21), para o ano 2018;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano 2019;

4)Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais do Município de Peniche, para o ano 2019;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2019;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais do Município de Peniche

identificados em orçamentos e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2019;

8)Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2019;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2019;

10)Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Compareceram no decurso da sessão, quando decorria o período de antes da ordem do dia, e passaram de imediato a participar nos trabalhos os senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD) e Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD).

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Ana Marta Aleixo Figueiras dos Santos (PS) e Inês Fitas Cação (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o Vice-Presidente da Câmara, senhor Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), e os senhores Vereadores, Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Júlio Alberto Silva Coelho (PSD) e Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

RENÚNCIA DE MANDATO:

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal de que a senhora Ana Catarina Manjolinho Mamede, eleito pela lista do Partido Socialista (PS), tinha comunicado a renúncia ao seu mandato de membro da Assembleia Municipal de Peniche, a partir do dia 4 de outubro de 2018, ao abrigo e nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e que, nos termos do n.º 4 da referida norma legal, a vaga ocorrida pela renúncia de mandato tenha sido preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, senhor Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, natural de Atouguia da Baleia, com o número de identificação civil 13017937, conforme exarado no Edital n.º 127/2017, de 31 de agosto, emanado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, na sequência do ofício n.º 86074871, datado de 30 de agosto de 2017, do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria – Juízo de Competência Genérica de Peniche.

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal de que o senhor Sérgio Miguel Franco Martins Leandro, eleito pela lista da Coligação Democrática Unitária (CDU), tinha comunicado a renúncia ao seu mandato de membro da Assembleia Municipal de Peniche, a partir do dia 30 de novembro de 2018, ao abrigo e nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e que, nos termos do n.º 4 da referida norma legal, a vaga ocorrida pela renúncia de mandato tenha sido preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, senhor Álvaro André Paiva Amador, natural de Peniche, com o número de identificação civil 10651552, conforme exarado no Edital n.º 127/2017, de 31 de agosto, emanado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, na sequência do ofício n.º 86074770, datado de 30 de agosto de 2017, do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria – Juízo de Competência Genérica de Peniche.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 5/2018, respeitante à sessão ordinária do mês de setembro, realizada no dia 28 de setembro de 2018, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Posta à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida à votação, a ata em apreço, constatou-se o seguinte resultado:

Ata n.º 5/2018 – Aprovada, por unanimidade, com dezoito votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião a que ela respeitava, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7

de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

Américo Gonçalves, Presidente da Assembleia Municipal (PS):

Deu conta que, em relação ao expediente recebido pela Assembleia Municipal, enviou durante a manhã uma moção, sobre transporte público de acesso aos serviços de saúde e uma moção, referente ao assunto debatido, na última Assembleia Municipal, sobre os Correios em Atouguia da Baleia, do Partido Socialista:

"*Venho por este meio enviar a V.Ex.ª, cópia de uma moção apresentada pela bancada do Partido Socialista, na sessão desta Assembleia de Freguesia, realizada a 27 de setembro findo*."

Outro documento, entrou em 30 de agosto de 2018, sobre a transferência de Competências, enviado pelo Gabinete de Apoio ao Ministro da Administração Interna, documento que foi discutido na última Assembleia.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

Ademar Marques (PSD):

O grupo do PSD fez uma especial saudação a todos os desportistas que, neste momento, se encontravam a representar o concelho, no desporto amador, nas atividades mais diversas, em especial, o Diogo Glória, que se encontra a disputar os décimos Campeonatos Internacionais Juniores de sub-19, de Portugal, a Seleção Nacional de Badminton, a equipa do Peniche a Correr, naquele caso, não amador, que se encontrava em Valência, para correr a Maratona do próximo domingo, e o Bruno Veríssimo, que se encontrava, no momento, a disputar a duríssima prova denominada Algarviano Ultra Trail, trezentos quilómetros, crendo que a Assembleia Municipal se juntaria ao PSD, desejando ótimas provas e muitos sucessos desportivos.

Rui Cativo (GCEPP):

A bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche apresentou, verbalmente, um voto de congratulação para o Gabinete Cuida Melhor:

"*Considerando a importância do Projeto Cuida Melhor, para a integração de pessoas com demência e seus cuidadores, na promoção da sua autonomia e no respeito pelos seus direitos, o Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, congratula a Câmara Municipal, pela abertura do Gabinete Cuida Melhor, em Peniche. Este gabinete de apoio, destina-se a prestar serviços e apoio nas diversas questões, relacionadas com a demência, a todos que direta ou indiretamente convivem com ela. A atividade dos gabinetes Cuida Melhor é atualmente desenvolvida nos concelhos de Almada, Cascais, Oeiras, Sintra e Peniche. Trata-se do único gabinete Cuidar Melhor, da Região Oeste.*"

Apresentaram, verbalmente, um voto de saudação ao Rancho Folclórico de Geraldes:

"*Reconhecendo a importância do Rancho Folclórico de Geraldes, para o enriquecimento da cultura do nosso concelho, assim como para a defesa e a promoção do património local, o Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche saúda este grupo etnográfico, que esteve presente na 7ª Mostra de trajes etnográfica da Alta Estremadura, quando representou a entidade local, os costumes e as tradições, nomeadamente, o trajar das gentes do mar.*"

Apresentaram, verbalmente, um voto de louvor por mérito desportivo:

"*O Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche pretende valorizar e distinguir o mérito desportivo. Com esta ação, pretende colocar em relevo, os valores pedagógicos e promover uma visão que perspetiva o desporto como um espaço que transcende o simples de desenvolvimento físico, apresentando, sobretudo, como um espaço de formação moral e social, assim sendo, o Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche gostaria de louvar o Matias Canhoto, pelo 1.º lugar no Ground Search Rip Curl, em Peniche e pelo seu 3º lugar, na prova do Instituto Gabriel Medina, disputado no Brasil, Paulo Renato, pela sua participação na prova Iron Man, disputada no Havai, Tomás Coelho, pela sua participação no Campeonato do Mundo de Badminton, na categoria de sub-19, disputada em Markhen, no Canadá, Fernando Silva, do Clube de Stella Maris, por se ter sagrado vice-campeão europeu de veteranos, em badminton, o PAC, pelo prémio de excelência Saber Estar no futebol, atribuído pela Associação de Futebol de Leiria, na categoria de Futsal, e à equipa de Basquetebol masculina e feminina, de sub-14, do Stella Maris, que a uma jornada do fim dos respetivos campeonatos, se sagraram campeões distritais.*"

Apresentaram um voto de cidadão, à Associação Patrimonium - Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche, pela 4.ª edição do ciclo de conferências de "O Mar e as Gentes" e, tocando-o a si, ao nível pessoal, pela sentida homenagem que prestou aos pescadores vitimas do Naufrágio da Traineira "Benito", em 29 de setembro de 1977.

António Moniz (GCEPP):

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, a moção que a seguir se transcreve:

«*Moção sobre transporte público de acesso aos serviços de saúde*

De acordo com o nº 2 alínea b) do artigo 36.º do Regimento desta Assembleia Municipal, vimos apresentar a seguinte moção que diz respeito à necessidade em se proceder a alterações que melhorem a qualidade de vida dos munícipes, em particular, os mais vulneráveis:

1. *Com o estabelecimento do Centro Hospitalar do Oeste foram deslocalizadas valências para permitir uma maior racionalização dos serviços de prestação de saúde nos hospitais de Torres Vedras, Peniche e Caldas da Rainha.*
2. *Não pondo em causa as necessidades de racionalização ou de otimização na prestação dos serviços no SNS, é necessário que esses princípios de gestão não produzam custos acrescidos para os utentes ou dificuldades na sua deslocação a cada uma das valências.*
3. *Depois da deslocalização de serviços de Peniche para as Caldas da Rainha, pacientes, utentes, familiares e mesmo trabalhadores dos serviços de saúde passaram a ter de se deslocar para fora do seu concelho para poderem usufruir do seu direito à saúde e aos serviços de prestação de saúde. Foram particularmente afetados os utentes dos serviços de saúde de Peniche que passaram a ter de se deslocar a Caldas quando antes o faziam no Hospital de Peniche.*
4. *É necessário, por isso, que sejam estabelecidos serviços regulares de transportes públicos entre Peniche e as Caldas da Rainha que passem a incluir os serviços de saúde e tenham maior regularidade e condições de acessibilidade.*

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida em 30 de novembro de 2018, manifesta a necessidade de urgentemente a Câmara Municipal de Peniche solicitar à CIM Oeste que estabeleça o seguinte:

1) *Elaboração de uma proposta de carreira de serviço público de transporte entre Peniche e as Caldas da Rainha servindo o Hospital de Peniche, o Centro de Saúde da Serra d'el Rei, o Centro de Saúde de Óbidos e o Hospital das Caldas da Rainha;*
2) *Que esta carreira possa ter horário compatível com o serviço de prestação de saúde nas respetivas unidades, ou seja, com partidas estabelecidas a cada hora a partir das 8h até às 19h;*
3) *Que os custos do estabelecimento desta carreira sejam comparticipados pelo Ministério da Saúde;*
4) *A Câmara Municipal de Peniche deverá obter a informação dos serviços responsáveis (bombeiros, segurança social e serviços de saúde) sobre os custos anuais de transporte urgente e não urgente de pacientes e utentes entre os hospitais de Peniche e de Caldas da Rainha e os centros de saúde dos concelhos abrangidos pela reorganização do CHO;*
5) *Que os autocarros que irão fazer este serviço tenham condições de acessibilidade a passageiros com mobilidade reduzida (acesso e espaço para cadeira de rodas);*
6) *Propor à CIM Oeste que garanta que este serviço seja efetivado ainda durante o primeiro trimestre de 2019, pelo que deverá iniciar as negociações com as empresas com concessões de transporte público neste trajeto, de modo a que passem a incluir paragens nos hospitais e centros de saúde referidos em 1), e com o Ministério da Saúde para a comparticipação necessária parava efetivação deste serviço;*
7) *Que esta carreira de apoio aos serviços de saúde de Peniche a Caldas da rainha faça parte das condições integrantes nos próximos concursos de concessão de transporte público municipal e intermunicipal a efetuar até final de 2019.*

Os deputados do GCEPP»

Disse que:

Relativamente à moção, que foi previamente disponibilizada, o objetivo da mesma, era chamar a atenção de que, devido ao processo de implementação do Centro Hospitalar do Oeste e da deslocalização de valências que estavam no Hospital de Peniche, para, sobretudo, o Hospital das Caldas da Rainha, ter obrigado os utilizadores desses serviços de saúde, a procederem a formas de transporte, que não foram consideradas nessa deslocalização, que afetava, não só os utentes dos serviços de Saúde, mas também os familiares e os próprios trabalhadores daquelas unidades de saúde.

O objetivo era que a Câmara Municipal, junto da Oestecim, proponha a alteração da carreira de Peniche a Caldas da Rainha, que passava por Óbidos, incluir alterações o mais cedo possível, que já deveria ter sido feito há muito tempo, desde que as alterações de valências foram introduzidas, para que os utilizadores possam usufruir de infraestruturas capazes, para poderem aceder aos serviços. Daquela forma, as alterações tinham que ver com a carreira que deveria passar pelo Hospital de Peniche e pelo Hospital de Caldas da Rainha, podendo servir o público em geral, mas uma carreira que deveria ter muito maior frequência, eventualmente de hora a hora, e obter, também, informação junto dos diferentes serviços responsáveis por aqueles transportes, não só os Hospitais, mas também os próprios Bombeiros, para saber os custos que têm tido, os transportes daqueles pacientes, para os Hospitais, que poderiam não recorrer não apenas a transportes urgentes, mas os não urgentes. Disse que, obviamente, os autocarros deviam ter condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, e aquela

alteração, que poderia ter, eventualmente, custos adicionais para as empresas concessionárias da carreira, poderem ser comparticipadas pelo Ministério da Saúde, dado que se tratava de uma responsabilidade da transferência de valências era daquele ministério. Disse, ainda, que aquele tipo de alteração fosse incluída nas condições integrantes dos concursos de concessão de transporte público Municipal e Intermunicipal, que teria que ser efetuado até 2019, portanto, deveriam estar, particularmente, atentos, àqueles critérios para os concursos de concessões.

Célia Martins (PSD):

Disse que:

Relativamente à moção apresentada pelo Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, também, partilhavam os pressupostos que motivaram a moção. Também, reconhecem as sucessivas alterações à rede de acesso aos cuidados de saúde, que levaram à reconfiguração dos perfis de oferta de valências, nos diferentes Hospitais que compõem o Centro Hospitalar do Oeste, nomeadamente, com as unidades de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche.

Realmente conduziu a maiores obstáculos para a população do nosso concelho, dado que a nossa unidade principal de saúde foi perdendo a sua capacidade de resposta a favor dos outros.

Naquela medida, não tinham objeções a fazer, mas não quis deixar de reforçar um aspeto, que na opinião do PSD, era muito importante, que era a capacidade de reivindicar, em sede própria, aquelas soluções para o problema.

Naquele âmbito, a Assembleia Municipal, eventualmente, iria tomar, hoje, uma posição, que seria já algum passo, mas, na sua opinião, caberia, sobretudo, à Câmara Municipal, assumir aquele desafio, junto da Oestecim.

A área de influência, direta, do Centro Hospitalar do Oeste, abarcava, atualmente, nove concelhos e assegurava a prestação dos cuidados de saúde a cerca de trezentas mil pessoas, e a distribuição dessas valências por aquelas três unidades, não afetava só Peniche, afetava todos aqueles concelhos, e naquela medida, perante um tema que tem uma escala supramunicipal, a procura de soluções para Peniche, seria sempre forçosamente discutida e sempre enquadrada àquela escala supramunicipal e, a Câmara Municipal teria que ter a capacidade de fazer valer as melhores soluções para o nosso concelho.

Em relação às medidas que foram ali elencadas na moção, questionou se foi avaliada, porque não foi avaliada a ligação entre Peniche e Torres Vedras, até porque há valências que existem exclusivamente na unidade de Saúde, no Hospital de Torres Vedras, nomeadamente de ortopedia e pneumologia, e em termos de ligações de acessos a transportes públicos, Peniche era muito menos servido que a ligação Peniche-Caldas da Rainha. Peniche – Caldas da Rainha, tinha treze ligações nos dias úteis, enquanto que Peniche - Torres Vedras tinha seis e, talvez, defender, também, aquela ligação, mas na falta de alguns dados mais concretos, julga que teriam que ser avaliadas todas as medidas que foram propostas.

António Moniz (GCEPP):

Agradeceu a interpelação, relativamente à moção.

Disse que, obviamente, estariam de acordo que aquilo fosse feito, a questão, nesta fase era que, provavelmente, podia ser mais simples fazer uma pequena alteração, na relação com Caldas da Rainha, até porque tem havido muitos trabalhadores, que estavam em Peniche, que foram transferidos para as Caldas da Rainha, que causou problemas, existindo determinado tipo de exames que são relativamente simples e que foram transferidos, também, para as Caldas da Rainha. Referiu que, nesta fase, para não incluir tantas alterações, era da facilidade de se poder promover aquela alteração, que seria feita o mais cedo possível, que era o objetivo ali colocado. Disse, ainda, que, em relação à área de influência do transporte, Caldas da Rainha e Peniche tinham o mesmo centro de tráfego, pelo que seria mais fácil, junto da mesma entidade, promover aquela alteração, para não estar a adiar, constantemente, aquele tipo de medida, que, no fundo, iria facilitar a vida quotidiana a toda a população. Disse que, por outro, estudos sobre mobilidade intermunicipal, verificaram que Caldas da Rainha era o concelho, onde existe maior mobilidade intermunicipal, a partir de Peniche, e era aquela a razão que justificaria que fosse, nesta fase com Caldas da Rainha, noutra fase com Torres Vedras e, provavelmente, com a nova localização do Hospital, caso venha a existir, todo aquele processo tenha que ser repensado, mas ele era urgente.

Deliberação n.º 32/2018: Submetida a votação, foi a moção apresentada pelo senhor António Moniz, do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, sobre transporte público de acesso aos serviços de saúde, aprovada, por unanimidade.

APRECIAÇÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d´El-Rei, Jorge Amador (CDU):
Disse que:
O assunto principal da sua intervenção se chamava IP6.
Numa linha de coerência, relativamente à colocação daquele assunto, na Assembleia Municipal, a CDU reafirmava a sua preocupação, relativamente à situação de não evolução da obra do IP6, por um lado, e por outro lado, relativamente à situação em concreto daquela estrada.
Eram favoráveis, deixando isso de forma clara, que aquela via devia ser, na perspetiva da CDU, olhada com muita responsabilidade, os acontecimentos, recentes, de Borba estavam bem presentes, para verificar que ninguém quer que se repita na nossa região, também, o que aconteceu naquela zona, e por isso, a CDU defende, relativamente ao troço do IP6, entre A-da-Gorda e a Serra d´El-Rei, que seja apresentado ao Instituto de Estradas, a possibilidade de encontrar uma solução de desvio do trânsito pesado e manter o trânsito ligeiro, como forma de avaliar a carga daquela via e que na altura que seja considerado, também, o corte do trânsito das viaturas ligeiras, que o mesmo seja equacionado e concretizado. Referiu que colocavam aquela questão, não, obviamente, tendo presente apenas o que aconteceu em Borba, porque isso seria um aproveitamento político, eles têm sido firmes e coerentes relativamente àquela questão, também, na Assembleia Municipal, e mantêm a preocupação e, naturalmente, até à conclusão daquela obra a preocupação iria permanecer, não podendo ser indiferentes à situação de quem ali passa, que pelo menos o receio é continuado, além de pensar, também, que relativamente ao percurso estrada, chamava à atenção que, a sinalização durante o dia era aceitável, a

sinalização noturna era uma verdadeira desgraça, que não era admissível, num percurso daquela natureza e dimensão, que aquela classificação de IP, não tenha sinalização adequada, portanto, eram um conjunto de fatores que tem a ver com a segurança, e que, na opinião da CDU, neste concelho, deveriam ser colocadas à Infraestruturas de Portugal, na perspetiva de ser encontrada uma solução que não traga amargos de boca para ninguém, da região e, também, para quem nos visita.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu as questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d´El-Rei.

Disse que a informação que tinha, era o compromisso que as obras deveriam iniciar em janeiro de 2019. Deu conta que, recentemente, enviou um email ao Engenheiro que acompanha a obra, e para si era uma surpresa, a proposta de desvio das viaturas pesadas, que não foi estudada, desconhecendo se seria pertinente ou não, quais seriam as consequências, tendo em atenção o elevado tráfego de viaturas pesadas que passam por ali, e se justificava, até porque a análise técnica que se fazia àquela obra e ao problema daquela via, tinha que ver, essencialmente, com a questão do nível freático, principalmente no período de verão, e com a seca dos terrenos, na envolvente, não acontecendo o mesmo quando os terrenos estão ensopados.

Disse que iria contactar a empresa, no sentido de poder avaliar a situação e sugerir, também, concordando com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d´El-Rei, no sentido de reforçar, alterar e melhorar, substancialmente, a sinalização atual, e, depois, quando a obra estiver a ser executada.

Licínio Pereira (GCEPP):

Solicitou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, o favor de informar o ponto de situação do Posto dos CTT, na Atouguia da Baleia, no que respeitava ao seu funcionamento, no imediato, e no futuro.

Por ser justo, salientou o empenho, quer do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, quer do senhor Presidente da Câmara Municipal, na defesa da manutenção daqueles serviços, na vila, de forma a servir as populações da freguesia.

Salientou o facto de, em Atouguia da Baleia, estar previsto, segundo tem sido divulgado, a instalação do chamado "Espaço do Cidadão", um serviço de grande utilidade para a população. Perguntou se era possível adiantar a data da entrada e o funcionamento, bem como os serviços a disponibilizar.

Em outro âmbito, mas ainda referente à Atouguia da Baleia, deu conta de uma situação caótica e perigosa, na Rua da Seixeira, junto às escolas, relativamente a trânsito. Disse que naquela via, para além das escolas, existe, também, variado comércio, e há hora de entrada dos alunos, embora também aconteça, não de forma tão acentuada, à saída, aquela estrada ficava intransitável, deixava de haver passadeiras e os passeios ficavam vedados aos peões. Referiu que, de uma forma ilegal e grosseira, aqueles locais ficam pejados de automóveis, que transportam as crianças para a escola, estacionados, alguns, em segunda fila, veículos pesados a fazer cargas e descargas e crianças a serpentear, entre carros, correndo para entrar nos portões da escola. Disse que existiam, ali, diversas situações, além da ilegalidade dos atos, uma delas era o direito que todos têm de circular

naquela estrada, que por largos minutos ficava, na prática, cortada, chamando especial atenção para o constrangimento que pode vir a ser colocado a veículos de emergência.

Referiu que aquele assunto, na sua opinião, merecia uma resposta por parte da Guarda Nacional Republicana e as autoridades autárquicas têm, também, uma palavra a dizer, sendo para aquele tipo de situações que deveria intervir a Comissão de Trânsito e, não sendo especialista na matéria, acha que aquela estrada deveria ter apenas um sentido, talvez resolvesse a maior parte dos problemas.

Fez referencia a postos de madeira de suporte de infraestruturas de telecomunicações, em situação de eminente rotura, que embora o problema fosse evidente em todo o concelho, iria cingir-se apenas à Atouguia da Baleia. Disse que, desde que a liberalização do setor foi feita, os postes da então Portugal Telecom, atualmente MEO Altice, foram tomados de forma selvática, pelos diversos operadores. Disse, ainda, que os referidos postes, na sua maioria, têm uma carga três vezes superior ao permitido, desrespeitando o que está normalizado por lei, estando a maioria dos postes a ficar perigosamente vergados. Disse que aquele problema colocava em causa a segurança de pessoas e bens, já para não falar do efeito visual. Referiu que restaria, à Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia e à Câmara Municipal de Peniche, junto das entidades envolvidas, sem esquecer o regulador, que naquele caso era a ANACOM, fazer pressão legitima para que se possa ultrapassar aquela situação.

Disse que teve conhecimento, através da comunicação social, que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, emitiu um parecer favorável a três diplomas para a descentralização, na saúde, Portos e vias navegáveis. Embora possa ser um pouco cedo, perguntou se existia alguma previsão dos valores a transferir e, se em relação ao Porto de Peniche, no futuro, seria ou não, a Câmara Municipal a assumir o papel da entidade que, de momento, gere aquela infraestrutura.

Presidente de Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Fez, mais uma vez, uma chamada de atenção, que parecendo um assunto menor, não o é, que tem a ver com a questão dos semáforos existentes na vila de Atouguia da Baleia que, na sua opinião, era uma vergonha. Disse que não poderia culpabilizar a atual Câmara Municipal, mas era evidente a negligência, por parte das Infraestruturas de Portugal. Disse, ainda, que deveria a Câmara Municipal perguntar às Infraestruturas de Portugal o que pretendia fazer aos semáforos.

Agradeceu a referencia feita, à questão dos postes, porque é uma questão de bastante gravidade, pelo que sugeriu ao senhor Presidente da Câmara que usasse a sua força, enquanto Presidente, para falar com quem de direito, para tentar resolver aquele assunto que começava a ser preocupante.

Relativamente à questão dos CTT, disse que a Estação dos Correios, em Atouguia da Baleia, segunda-feira, passaria para a gestão da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, que acabou por chegar a acordo os CTT, para que ficasse a Autarquia, com aquela estação. Informou que a estação iria continuar a funcionar nas atuais instalações, mas a ideia que pretendiam transmitir à Câmara Municipal era para que aquela estação pudesse funcionar no Edifício dos Valla.

Referiu que o que tem vindo a acontecer por todo o país, e era do conhecimento geral, que se têm vindo a encerrar estações dos CTT, de uma forma anárquica, em situações que, ele próprio, considerava vergonhosas e que prejudicam populações. Disse

que o acordo com os CTT demorou algum tempo a fazer, porque as condições financeiras que ofereciam à Autarquia, não eram aceitáveis, para minimizar os custos da alteração da transferência para o exercício da área da Junta de Freguesia, pelo que agradeceu ao senhor Presidente da Câmara, porque numa reunião com os CTT, numa última análise e depois dos CTT lhe terem dito que não considerariam mais nenhum valor, o senhor Presidente da Câmara acabou por conseguir que fossem dadas, à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, as condições já anteriormente solicitadas pela mesma. Disse, ainda, que não era aquela a solução que pretendia, porque gostaria que os CTT continuassem, como estavam, mas tendo em conta o serviço necessário a prestar à população, pensaram que aquela seria uma solução que mitigava o desconforto que seria a saída dos correios da vila da Atouguia da Baleia e da sua freguesia.

Relativamente ao Espaço do Cidadão, disse que iria ser uma realidade, não estando, ainda, previsto o seu inicio.

Em relação à questão da Estrada da Seixeira, disse que estava completamente de acordo com a preocupação do senhor Deputado Licínio Ferreira. Referiu que, há algum tempo, a Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, pensou fazer a entrada e a saída das crianças, por uma travessa lateral, que não foi possível, uma vez que da parte da Câmara Municipal não houve abertura para aquela hipótese, que na sua opinião, iria libertar, um pouco, a situação de conflito.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à questão dos semáforos, confessou que desconhecia que, ainda, não tinham sido retirados. O assunto foi oficiado e falou com o senhor Dr. Vítor Sequeira, Presidente Regional, à cerca de um mês e meio, que se comprometeu que os semáforos iriam ser retirados, e que era uma empreitada que estava empregue a uma empresa, mas irá informar a situação, ou serão retirados ou os serviços da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia o fazem, assumindo ele próprio a responsabilidade.

Em relação aos CTT, foi feito por escrito, ao Conselho de Administração dos CTT, aquilo que tinha sido a sua manifestação, em nome da Câmara Municipal, sobre aquilo que entendia que deveria ser a defesa dos interesses da população, particularmente da vila de Atouguia da Baleia, mas de toda aquela freguesia, compreendendo e percebendo, desde a primeira hora, a posição que a Junta de Freguesia ia assumindo, tentando negociar.

Em relação ao edifício dos Valas, o edifício estava a ser intervencionado, em termos de cobertura. Uma das empreitadas, que estava para ser lançada, tinha que ver com o exterior do edifício, nomeadamente, as portas, as janelas e as varandas, para depois se avançar para um projeto de reabilitação interna e perceber o que se pretende para o seu interior, preservar o edifício e pô-lo ao serviço da população. Referiu que o facto de não haver, ainda, um protocolo, acabava por ser da responsabilidade municipal, por não haver capacidade para fazer todos os documentos, protocolos e regulamentos, que estão a ser elaborados, mas esperava que, com as alterações que se previam, na Divisão de Administração e Finanças, se conseguiria fazer o trabalho com maior rapidez.

Partilhou com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, a disponibilidade, para defender uma posição de apoio, em relação às soluções que se

teriam que encontrar, para aquilo que seriam as dificuldades, momentâneas, em relação ao serviço dos CTT.

Aproveitou a oportunidade para reforçar aquilo que era o seu entendimento de apoio e de ligação às freguesias, para reafirmar a sua disponibilidade total, para colaborar com os quatro Presidentes de Junta de Freguesia, naquilo que entendam ser útil a sua participação. Referiu que tem sido feito de acordo com as solicitações, que as reuniões que tiveram de preparação reforçaram este propósito, achando que tinham chegado a um entendimento, na generalidade. Disse, ainda, que tem assumido, com humildade, algumas dificuldades que continuam a debater. Gostaria de ter condições para reunirem com maior regularidade e poderem discutir assuntos que ainda não foram abordados, tais como, questões de trânsito. Disse que não foi por acaso que quis manter, sobre a sua responsabilidade, o Pelouro com as Freguesias, que, para além da experiência, tinha a ver com a sua sensibilidade, e pretendia continuar a trabalhar e a reforçar os laços de proximidade e de colaboração.

Em relação à transferência de competências da Administração Central para o Poder Local, na sua opinião, relativamente à zona portuária, tem vindo a conversar, há alguns meses, com o Conselho de Administração da Docapesca, no sentido de perceber qual seria a melhor solução para a gestão daquela zona. Referiu que teria que perceber qual seria o envolvimento financeiro e a exigência que viria a seguir. Da parte da Docapesca existe uma grande abertura para todos os dossiers que estão a ser conversados, que deveria ser aproveitada, mas, a seu tempo, a Câmara Municipal decidirá o que defender.

Ademar Marques (PSD):

Relativamente à discussão que tiveram, na última Assembleia Municipal, sobre a constituição de uma Comissão de Saúde. Disse que o senhor Presidente da Mesa, Américo Gonçalves, tinha enviado um email, pedindo contributos, ao qual respondeu, perguntando sobre que tipo de contributos, se era com indicação de pessoas ou de conteúdos, e o senhor Presidente da Mesa ficou de agendar uma reunião, que, julga, não ter chegado a acontecer. Perguntou se iria ser abandonado, se iriam retomar, porque não até à data evolução, e, na sua opinião, era um assunto importante, premente, não apenas a questão do Hospital, mas de toda a questão dos cuidados de saúde, nomeadamente, primários no concelho.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que o Partido Social Democrata foi o único grupo que apresentou contributos, em relação à Saúde, bem como, em relação à Comissão para o Plano Diretor Municipal. Referiu que aguardava uma reunião, com o senhor Presidente da Câmara, logo que terminasse a fase final, para preparar reuniões, quer para a Saúde, quer para o Plano Diretor Municipal.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que na última sessão da Assembleia Municipal, foi apresentada uma Moção, por parte do Partido Socialista, que foi aprovada por unanimidade, relativamente à questão do Hospital. Foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que iria reunir com o

novo Conselho de Administração do Hospital, perguntou quais eram os desenvolvimentos obtidos naquela reunião.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Houve uma reunião com membros do Conselho de Administração, com o Diretor Clínico do Hospital, onde partilharam e apresentaram as suas preocupações, tendo ficado por agendar, duas reuniões, uma primeira com o executivo municipal, porque assim foi solicitada, e uma segunda, para outro tipo de reunião, que serão marcadas mediante a sua própria disponibilidade.

Tinha conhecimento de um conjunto de investimentos preparados, falaram, nomeadamente, na questão do aproveitamento do espaço e das obras que estavam previstas, na questão do telhado e das fachadas.

O Conselho de Administração agradeceu e, inclusive, a Câmara Municipal já os convidou para estarem presentes em outras iniciativas, pelo que tem havido uma boa recetividade. Referiu que existe uma maior dinâmica daquele Conselho de Administração e uma maior disponibilidade para ouvir e partilhar.

Paulo Ernesto (PSD):

Disse que a questão iria no sentido de uma preocupação, já ali manifestada, que se prendia com segurança rodoviária. Referiu que, na Estrada dos Remédios, se verificava alguma movimentação, relativamente a uma obra que ali está a ser realizada, já há muito almejada pela população. Visto que não existe qualquer informação no local, sobre que obra estava a acontecer, perguntou o que poderia informar sobre o que pretendia naquela zona, se era uma intervenção, apenas, no plano asfaltado para circulação rodoviária, comtemplava zona pedonal. Disse que, naturalmente, aquilo importava esclarecer, uma vez que todos sabiam da exposição de risco elevado, que, na sua opinião, era desnecessário, por parte das dezenas de jovens, se não centenas, que diariamente ali correm, na deslocação para a Universidade. Perguntou, também, se a intervenção iria permitir uma circulação dos automóveis nos dois sentidos, ou permitiria a circulação rodoviária, em simultâneo, com uma zona de passeio para os estudantes.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Era uma obra que ambicionava ter realizado, há muito mais tempo, mas em resultado de outras obras e de outras prioridades, nomeadamente em termos de asfalto, entendeu-se que, primeiro, se deveria ir à Consolação e depois ao Sol Village I. O objetivo seria asfaltar e, dentro da medida do possível, melhorar as questões de pluvial, que tem, na zona, dificuldades acrescidas por causa das quotas, e que a solução inicialmente pensada, não era fácil de executar. De momento, procuravam arranjar acessos pedonais de um lado e de outro, tentar ordenar o trânsito, e pensar numa solução futura, que tinha que ver com a alteração, por fases, da Marginal Norte. Referiu que estavam a trabalhar em vários espaços da Marginal Norte, um deles tinha que ver com a zona do Frei Rodrigo, que, na sua opinião, era a zona mais problemática e a que tem concentrada as atenções da Câmara Municipal. O levantamento topográfico daquela zona já estava efetuado, bem como da zona junto à Praia do Abalo, e de momento estava a ser executado o levamento

topográfico entre a Travessa da Fialha e a Rua do Miradouro, no sentido de procurar definir, qual seria o alinhamento mais ajustado, com a consciência que a ligação da futura rua, se for essa a aceitação da Câmara Municipal e das entidades que superentendem e que têm competência na matéria, qual seria a questão de ligação à Rua Irmã Maria da Glória e junto à Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, e aquela ligação acabou por condicionar o que estava previsto para a Estrada dos Remédios.

Não sabia se a Estrada dos Remédios seria para duas vias, ou se o trânsito vai continuar a ser feito nos dois sentidos que, na sua opinião, não deveria ser. Referiu que existiam duas soluções, que seria continuar com a rua projetada à Avenida Paulo VI, que não seria uma solução no imediato, porque exige investimentos, a outra que poderia ser estudada, e que já foi equacionada em sede de reunião de Câmara, seria a abertura de um novo arruamento, a sul, paralelo àquele arruamento. Disse, ainda, que era hipóteses, e que a Câmara Municipal tinha consciência das dificuldades em relação àquela situação, devendo, no imediato, ser criadas as melhores condições para os alunos e para as viaturas que lá passam.

Paulo Ernesto (PSD):

Disse que ao consultar no site da Câmara Municipal, um link disponível para a planificação das obras municipais, e constatou que havia uma prática que foi interrompida, acerca da planificação e definição de prazos. Referiu que deveriam haver linhas mestras, acerca do que se estava a fazer, do que se pretendia, prazos de conclusão de obra, de modo a que a população seja mais informada. Disse, ainda, que ficariam todos muito mais tranquilos se soubessem que durante a execução daquela obra, estavam a ser tomadas medidas para salvaguardar a segurança dos alunos, que diariamente por ali circulam, porque numa situação normal, a segurança era colocada em causa, no decorrer da obra, crê que aquela segurança diminuiria. Perguntou se estaria em condições de poder garantir, se estavam a ser tomadas medidas adicionais de segurança, durante a obra.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a orientação dada, em termos técnicos da Câmara, era que a Técnica Superior de Higiene e Segurança, da Câmara Municipal, acompanhasse todas as obras. Referiu que se tratava de uma orientação de exigência, não só para os trabalhadores da Câmara, mas, também, em relação ao meio e à circulação de pessoas e viaturas.

Bruno Rasteiro (PSD):

Disse que:

Na sequência do trágico acidente na estrada da pedreira, em Borba, que, naquele caso, desde 2014 era do conhecimento do Governo e daquela Câmara Municipal, como uma estrada em risco de colapso. Tendo em conta que, no caso concreto da Marginal Norte era do conhecimento do Governo, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente e da Câmara Municipal de Peniche, da existência de um relatório da Agência Portuguesa do Ambiente, datado de 2013, que definia, para aquela estrada, a existência de alguns troços de risco, que desconhece se seria de risco reduzido ou elevado.

Referiu que, tendo em conta que aguardam, há muito tempo, pela finalização do Programa de Orla Costeira, que prevê para aquela via, uma comparticipação financeira,

e que era visível a degradação do solo rochoso que sustenta aquela via, em algumas das zonas do trajeto, e onde se vê, a olho nu, a zona da arriba, junto ao Frei Rodrigo, que está escavada, e uma vez que era visível que a via, em alguns locais, se aproximava demasiado da arriba, sem qualquer proteção aos automóveis e pessoas que lá circulam.

Propunham que fossem tomadas medidas cautelares e preventivas, imediatas, para minimizar possíveis riscos ou acidentes, e que entre as mesmas estejam, a colocação de proteção, rails, nas zonas onde a estrada se aproxima perigosamente da arriba, e que se privilegie o uso das partes da via mais interiorizadas, que já estão construídas, como por exemplo, junto às zonas das instalações industriais, e que se equacione os troços onde deve ser limitada a circulação de veículos pesados.

Se deveria solicitar, com urgência, às entidades estatais, a monitorização daquela estrada e que se efetue um relatório comparativo, face ao relatório de 2013, da Agência Portuguesa do Ambiente, por forma a exigir-se do Estado, as medidas que se vejam necessárias, esperando que a Estrada Marginal Norte nunca lhes traga dissabores como o de Borba.

O Partido Social Democrata estava disponível para tomar todas as medidas, que se considerem necessárias à requalificação da Estrada Marginal Norte, fazendo da mesma uma grande opção.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Não foi preciso acontecer em Borba, para estar desperto para a questão da Marginal Norte.

Estava a procurar negociar um terreno, no sentido de alterar aquela estrada e logo que exista uma proposta, a condizer, será presente em reunião de Câmara, para saber se a mesma estará de acordo. Referiu que os procedimentos estavam a avançar, e que havia uma dificuldade de negociação. O senhor Presidente da Câmara disse que foi dada uma orientação aos serviços e que os procedimentos estavam a avançar há algum tempo. Disse que se antecipou a aquisição dos limitadores de madeira, que naturalmente, não protegem a questão das viaturas, mas limitam o estacionamento das viaturas do lado das falésias. Disse que a Câmara tinha a intenção de limitar a Marginal Norte, particularmente nas zonas de maior perigo. Disse que já se avançou, com pedidos de orçamento, para a colocação, ou reforço de colocação de rails em algumas zonas da Marginal Norte.

Se a Agência Portuguesa do Ambiente ou outra entidade, considerasse qualquer local do concelho, como uma situação de risco, que fosse necessário impedir a circulação, acionava os meios, no sentido de isso acontecer. Disse que não assumia qualquer responsabilidade se algum acidente ocorresse na Marginal Norte.

Pediu aos serviços e à Proteção Civil, os relatórios de 2013 e de 2015. Solicitou, também, uma informação para perceber se existe algum risco acrescido e que iria ter em consideração e recomendação, a solicitação que a Agência Portuguesa do Ambiente possa fazer, comparando uma nova avaliação, em relação ao último relatório, de 2015.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Em 2017, houve uma reunião com comerciantes, com a Câmara e com as Juntas de Freguesia, sobre a intenção de, em 2018, a iluminação de Natal ser estendida às Freguesias, que acabou por não acontecer, pelo que perguntou qual foi a razão e se existia a intenção de fazê-lo, em 2019, porque seria uma ajuda considerável.

Os autocarros de Ferrel para a Atouguia da Baleia, de manhã, estavam a chegar atrasados, em cerca de trinta a quarenta e cinco minutos. Perguntou se a Câmara Municipal exigiu que se investisse nos autocarros e que os mesmos fossem reparados, porque a Junta de Freguesia de Ferrel iria fazer alguma pressão, para ajudar a Câmara naquele sentido.

Propunha ao senhor Presidente da Câmara que recebesse os Presidentes de Junta, quinzenalmente, para uma reunião, podendo aquela prática ser benéfica, porque se perdia tempo em reuniões, mas ganhavam tempo na resolução de processos que estão a transitar, e, talvez, ao serem discutidos, andassem mais depressa.

Gostava de estar presente na reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente e, no caso de não poder estar presente naquela reunião, pediu que se falasse nas questões pendentes, relativamente ao Baleal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Aconselhava uma visita ao Mercado Municipal, e agradeceu aos trabalhadores municipais e aos seus responsáveis, pelo trabalho lá efetuado. Referiu que estava cada vez mais convicto que se tinha de fazer uma grande obra no Mercado Municipal e transformá-lo completamente.

O POC-ACE seria publicado, em janeiro de 2019, e mesmo sabendo que se iriam ter responsabilidades acrescidas na matéria, nomeadamente pela questão dos apoios de praia, foi estabelecido um compromisso, numa reunião de trabalho com várias entidades, relativamente ao envolvimento nas praias, a um possível regulamento, mas, também, em relação à Ilha da Berlenga, nomeadamente em questões de segurança e de carga humana, porque era uma questão que o preocupava.

Relativamente à questão das reuniões quinzenais com os Presidentes de Junta de Freguesia, gostava de ter a disponibilidade que outros Presidentes de Câmara têm. Sugeriu que, se os Presidentes de Junta estiverem disponíveis para o efeito, tirando os dias em que ele tiver reuniões expressas, a partir das 8h30m, poderiam marcar reuniões, a partir das oito horas da manhã.

Em relação à Agência Portuguesa do Ambiente, o objetivo era discutir muitos dos problemas que o concelho tem. Disse que a Agência Portuguesa do Ambiente e outras entidades têm dificuldades na execução de projetos para a Câmara, e no compromisso financeiro, por não terem dinheiro para uma série de propostas que a Câmara fazia.

Vice-Presidente, Mark Ministro (GCEPP):

Disse que:

Relativamente à situação da Rodoviária com a Atouguia da Baleia, tinha falado, pessoalmente, com a senhora Presidente do Conselho Geral, para analisar a questão e lhe transmitir a conversa que houve no inicio do ano letivo, com a Rodoviária, e quando houvessem falhas, em termos do serviço, a Câmara Municipal teria que informar a Rodoviária. Referiu que a senhora Presidente do Conselho Geral expôs a situação e a

Rodoviária informou que iria avaliar, e que seria reportada à Câmara Municipal, não tendo conhecimento, até à data, que os atrasos tenham continuado.

Vereadora, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que, relativamente à questão da iluminação de Natal, as reuniões com os comerciantes, com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia, existiram, mas tinha sido uma decisão sua, não abrir exceções a nenhuma Junta de Freguesia. Deu conta que as ruas iluminadas eram as mesmas que no ano anterior, sendo que, estava previsto em orçamento, que no próximo ano, fosse dado um auxilio, às Juntas de Freguesia que necessitem, para iluminação de Natal.

Disse, ainda, que foi colocado um desafio às escolas, de fazer presépios de um metro e meio e tentarem que alguns daqueles presépios, também, sejam destinados às Juntas de Freguesia, para terem um Natal diferente e com a envolvência das crianças do concelho.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu a quem tem estado envolvido na organização das Festas de Natal, nomeadamente, à senhora Vereadora Ana Rita Petinga, a principal responsável da organização. Agradeceu, também, aos trabalhadores municipais e ao Move Peniche, o novo movimento de empresários, apesar de não terem estado tão envolvidos, como no ano anterior. Disse que, para além de se fazerem os eventos, deveria fazer-se uma avaliação, um relatório, para o ano seguinte, porque existia a obrigação de melhorar eventos que se repetissem.

Disse que, independente do que cada um possa pensar, em termos de custos com os eventos, particularmente o Natal, entendeu, não como um custo, mas como um investimento. Disse que teria de ser feita uma avaliação, com alguma sensibilidade, para perceber alguns passos da cidade de Peniche e, também, das Freguesias, comungando das mesmas preocupações do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel. Referiu que se teria que trazer mais gente a Peniche, criando condições para todos se sentirem mais felizes no concelho.

Presidente de Junta da Serra d´El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Pretendia esclarecer que não levou nenhuma iluminação de Natal para a Serra d´El-Rei. A iluminação de Natal da Serra d´El-Rei, já começou a funcionar, e convidou os presentes, a visitar a vila da Serra d´El-Rei.

Relativamente às reuniões com o senhor Presidente da Câmara, estaria disponível em qualquer dia da semana, desde as dezoito horas e trinta minutos e as zero horas, para fazer reuniões.

Iria haver um Espaço de Cidadão, que estava prevista a formação ser feita a partir do dia 14 de dezembro, decorrendo até ao dia 19 de dezembro de 2018. Referiu que que a Serra d´El-Rei propôs que fosse um espaço de formação da região, incluindo, naturalmente, a Freguesia de Atouguia da Baleia e a zona envolvente. Disse que, o principio que existe, é de que a formação será feita entre os dias 14 e 19 de dezembro de 2018, e a partir dai, vai haver condições de ter mais proximidade, relativamente a essas questões.

Em relação aos CTT, a ANAFRE estava em negociação com os CTT, relativamente à questão dos postos e a vários aspetos que o preocupam.

No que respeitava a seguros, se houver um assalto numa Junta de Freguesia, que tenha um balcão dos CTT, a responsabilidade será das Juntas de Freguesia, não dos CTT, pelo que seria uma questão, fundamental, para se resolver. Relativamente a aspetos do valor, disse que se teriam que encontrar soluções adequadas, porque os valores eram muito baixos, em algumas freguesias. Referiu que havia uma regra, da União Europeia, que impedia que organismos concentrados no Estado, como as Autarquias locais, financiem empresas cotadas em bolsa, que era o caso dos CTT. Disse que, oportunamente, haveria uma proposta para resolver alguns dos problemas que o preocupam imenso, nomeadamente, o primeiro caso que referiu, porque bastava haver um assalto para o Presidente de Junta e a junta terem um problema em mãos, difícil de resolver.

Ângelo Marques (PS):

Manifestou o seu apreço pela forma como decorreu mais uma etapa do Campeonato do Mundo de surf. Quis, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, reconhecer o trabalho de todos os serviços camarários, dando uma palavra ao senhor Comandante Operacional Municipal e ao senhor Vereador Mark Ministro, que, segundo a informação que tinha, foi quem de perto, acompanhou o evento. Disse que foi a continuidade na excelência, porque em abono da verdade, na sua opinião, o Município de Peniche, nos últimos mandatos, tem feito uma boa gestão com a Rip Curl, no Campeonato do Mundo de Surf.

Ainda, relativamente à questão do Campeonato do Mundo de Surf, disse que decorreu o Festival Gastronomia de Bordo, que não tendo sido uma organização do Município, este se associou como parceiro do evento. Referiu que, no decorrer da etapa do Campeonato do Mundo de Surf, deveriam haver mais eventos, não só na cidade, mas no concelho, para aproveitar o fluxo e a afluência de turistas que vêm ver o Campeonato do Mundo de Surf.

Chamou a atenção, por recentemente se ter formado o consórcio para instalar, o denominado parque de energia das ondas em Peniche. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se falou com os Estaleiros Navais, sobre quais são as vantagens que poderiam advir para os Estaleiros Navais, da criação de um novo consórcio.

Solicitou que o senhor Presidente da Câmara fizesse as diligências necessárias para ter um relatório preciso, relativamente às ações, atividades e taxas de ocupação do Centro de Alto Rendimento de Surf de Peniche.

Relativamente à concessão de Direito de Superfície de um lote de terreno para a construção de uma loja da Rip Curl Europe, disse que ficou pré-estabelecido que a empresa tinha que proceder à construção do Skate Ball. Perguntou se a construção do Skate Ball estava a ser iniciada, se estava prevista e se existia alguma informação por parte da empresa, relativamente à matéria.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu as palavras do senhor Deputado Ângelo Marques, relativamente à Organização do Campeonato do Mundo, referindo que os serviços da Câmara sempre estiveram muito empenhados, tanto num passado mais longínquo como no mais recente. Disse que era a demonstração da capacidade Municipal, que era reconhecida pelas várias

entidades que estão envolvidas, e desde o inicio do seu mandato, entendeu que quem devia estar mais próximo ou quase permanente, não devia ser o Presidente de Câmara, como era costume nos mandatos anteriores, mas sim, o senhor Vereador Mark Ministro. Agradeceu, em particular, ao senhor Comandante da Proteção Civil Municipal e ao senhor Vereador Mark Ministro. Também, às entidades que estiveram envolvidas e que partilharam a experiência e a confiança existente.

Disse que havia o propósito de Peniche enriquecer e melhorar, significativamente o Campeonato do Mundo de Surf, nomeadamente, e prioritariamente, o acesso à praia dos Superturbos. Disse que as medidas previstas e que teriam que ser implementadas, no prazo de dois anos, depois da publicação do POC-ACE, obrigava a repensar toda uma estratégia, em relação às concessões e às novas competências, que passariam para a responsabilidade dos Municípios. Referiu que existia uma necessidade, óbvia, de trazer para o concelho e para a cidade, mais iniciativas e aproveitar melhor a vinda de milhares de pessoas, na altura do Campeonato do Mundo de Surf.

Disse que, na sua opinião, a iniciativa que se concretizou no Mercado Municipal foi muito interessante, independentemente de quem a concretizou. O Município sempre esteve na organização, por ser um projeto partilhado com três municípios e a sua organização esteve sempre a ser acompanhada pelo Município e que muito do que lá foi feito, foi feito por trabalhadores municipais. Deu conta que a gestão do serviço foi contratada e foram pedidos vários apoios, mas, na sua opinião, foi uma boa iniciativa, referindo que aquilo era o exemplo de que pequenas coisas podem ser bem-feitas. Disse, ainda, que o mesmo estaria garantido para os próximos dois anos, existindo o propósito de repetir a experiência, melhorando-a, devendo procurar-se criar estruturas e condições para que Peniche seja mais dinamizada do princípio até ao final do ano.

Relativamente ao projeto, relacionado com a construção de microssatélites, o senhor Presidente da Câmara disse que era um projeto que envolvia dois países, a China e Portugal, e a outra entidade, que estava envolvida no projeto, para além da Câmara Municipal, era o Instituto Politécnico de Leiria, existindo o propósito da empresa se instalar no novo Parque Tecnológico. Deu conta que esperava que, durante o mês de dezembro, fosse submetida, finalmente, a candidatura de cerca de três milhões de euros.

Em relação aos Estaleiros Navais, disse que a situação estava a ser acompanhada, que existem alguns compromissos e que o momento crucial para a clarificação da situação dos estaleiros e da sua estabilidade, teria que ser clarificada, provavelmente em março de 2019.

Relativamente à questão do Centro de Alto Rendimento, disse que era um dos dossiers que tinha em mãos, e que estava a ser discutido há algum tempo. Entendeu que, no momento certo, iria ser proposto à Câmara Municipal, uma ou várias soluções, que poderia ter outra atividade, acompanhamento ou projeção, mas o senhor Vereador Mark Ministro estava a tratar da situação.

Em relação à questão da Rip Curl, da concessão e das condições, disse que o protocolo não estabelecia datas ou metas, mas estabelecia objetivos. Partilhou, com os presentes, que existem algumas preocupações naquela área, e em toda a Avenida Monsenhor Manuel Bastos Rodrigues de Sousa, por não existir pluvial, porque quando não chove muito, não há problemas acrescidos, mas quando chove bastante, em algumas zonas daquela avenida e nas proximidades, existem problemas acrescidos. Deu conta que

houverem conversas com a Rip Curl sobre o assunto, mas não houve qualquer garantia para aquele efeito, e como estava outro dossier a ser tratado com a Rip Curl, resultante do próprio protocolo, esperava que as coisas corressem bem e que, em breve, se consigam resolver, uma vez que seria do interesse, quer da Rip Curl, quer da Câmara Municipal.

Ângelo Marques (PS):

Em relação à questão da Rip Curl, deu conta que leu o protocolo e por isso colocou a questão. Disse que se no protocolo estivesse a data precisa em que deveria ser construído, teria perguntado porque é que ainda não tinha sido construído e porque não se ativou a cláusula. Apenas perguntou, para ser informado, tendo ficado esclarecido com a informação que o senhor Presidente da Câmara deu.

Disse que não falou no Instituto Politécnico de Leiria, que o senhor Presidente da Câmara referiu, mas na questão da formação do consórcio para a instalação de um Parque de Energia de Ondas, em Peniche, uma vez que o investimento poderia chegar aos 25 milhões de euros, para os quais, foi obtido um financiamento comunitário de 9,1 milhões de euros, e daí ter relacionado o assunto com os Estaleiros Navais. Disse que o projeto relacionado com a construção de microssatélites, que foi referido, acabava por ser uma boa noticia, por ser mais um investimento para Peniche, mas eram assuntos diferentes.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, em relação à questão da formação do consórcio para instalar o denominado Parque de Energia das Ondas, em Peniche, esteve presente num encontro que aconteceu, recentemente nos estaleiros, com o consórcio. Deu conta que se tratava de uma empresa Finlandesa, de muita segurança, e que se esperava acrescentar valor para o concelho, podendo potenciar postos de trabalho, para além de outras vantagens.

José António Amador (CDU):

Chamou a atenção para o facto de existir uma parte da Estrada da Marginal Norte que estava a uma curta distância do precipício e com inclinação, sendo um dos pontos mais críticos daquela marginal. Disse que se não levar uma proteção, temia que acontecesse algum acidente e, na sua opinião, era urgente verificar a situação. Sugeriu que a comissão cortasse o trânsito, para o lado esquerdo, ou que se colocasse uma proteção, para que nada aconteça.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Reconheceu que a zona da Estrada Marginal, referida pelo senhor Deputado José António Amador, era uma das zonas críticas daquela estrada, estando previsto, segundo lhe indicaram, que iriam ser colocados alguns rails. Disse que em todas as zonas mais criticas, das duas marginais, havia a intenção de colocar rails.

Agradeceu a questão colocada pelo senhor Deputado José António Amador.

António Moniz (GCEPP):

Perguntou, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, qual era o ponto de situação, sobre a criação do sítio da internet da Assembleia Municipal, que está no regimento da mesma.

Presidente de Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que, em relação à iluminação de Natal, a Freguesia da Atouguia da Baleia, durante alguns anos, deixou de fazer iluminação natalícia, para contenção de despesas e, no ano anterior, após a tomada de posse, colocou alguma iluminação, em Atouguia da Baleia e nas aldeias da freguesia, ao que a Junta de Freguesia, da Atouguia da Baleia, foi confrontada por algumas pessoas das aldeias mais humildes da freguesia, que questionaram porque razão não tinham qualquer adereço natalício, em termos de iluminação.

Referiu que fez um oficio à Câmara Municipal, a solicitar algum apoio, e que contratualizou 22 postes de iluminação, para as aldeias da sua freguesia, uma vez que não existem condições financeiras para muito mais. Disse, ainda, que tinha alguma relutância para apostar em iluminação de maior dimensão e qualidade, para a Atouguia da Baleia, por ter a perceção da injustiça que iria colocar, relativamente às outras aldeias da freguesia. Referiu que não tinha coragem de fazer uma iluminação muito pomposa na vila, por ter respeito pelas pessoas das aldeias da freguesia. Disse ter ficado satisfeito por verificar a abertura da Câmara Municipal de Peniche, para estudar outras situações.

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que estava de acordo com o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, relativamente à questão da iluminação de Natal.

Referiu que a Freguesia de Peniche inaugurou, ontem, um novo Presépio, que está colocado na Igreja da Ajuda, tendo colocado o antigo presépio, que lá costumava estar, no Alto de Santa Cruz. Disse que conseguiu iluminar alguns locais, e a escolha foi a entrada do Bairro de Santa Maria, a Igreja de Santana, a entrada do Vila Maria, o Bairro do Visconde e o Bairro da Prageira.

Informou que a Junta de Freguesia de Peniche, ofereceu, no dia 19 de novembro, um Parque Infantil, na Rua do Sol. Foi uma prenda de Natal para as crianças do concelho. Referiu que era sua pretensão ter o parque concluído antes das férias de Natal, dando conta que o mesmo foi, cem por cento, custeado pela Freguesia de Peniche, para as crianças da cidade de Peniche e de todo o concelho.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que já falou com o responsável, mas que estavam a decorrer alterações nos serviços da Câmara Municipal e os informáticos não estavam com disponibilidades para o fazer. Referiu que no próximo ano, quando os serviços estiverem arrumados, aquela lacuna seria resolvida.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Deu os parabéns aos Presidentes de Junta pelo que tem estado a fazer, nomeadamente para a sensibilidade que têm tido, em relação ao Natal e, na sua opinião, era justo dizer que, em termos financeiros, a Freguesia de Ferrel era a que tinha mais dificuldades, fruto dos orçamentos. Referiu que as exigências na Freguesia de Ferrel eram maiores e por isso, previa-se que, em 2019, houvesse uma atenção especial, em relação a Ferrel, por lá existirem muitas necessidades.

Disse que, por vezes, há pequenos apontamentos que faziam toda a diferença e não seriam tão caros como se pensava, era uma questão de gosto, de sensibilidade e de fazer os trabalhos com tempo.

Disse que, em termos logísticos, não existem condições, mas esperava que pudessem vir a ter, para que quando se apostar, em alguns equipamentos, se possa guardá-lo convenientemente e em segurança, para que se mantenham para anos seguintes e poder tocar, porque seria interessante que houvesse um intercâmbio entre freguesias.

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Relembrou que seria bom, no futuro, não esquecer da Avenida 25 de Abril, da Rua Arquiteto Paulino Montês e da Avenida do Mar.

Deu conta que a Freguesia de Peniche já estava iluminada.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d´El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, na Serra d´El-Rei, para além da iluminação de Natal iria haver uma exposição com dezenas de presépios, feitos pelos encarregados de educação e pelas crianças do Jardim de Infância e do 1.º ciclo, da Serra d´El-Rei.

Informou que iria ser feita a apresentação de um livro sobre "Pedro e Inês", para crianças.

Referiu que iria acontecer a abertura de uma exposição de pintura e escultura, também, sobre o tema "Pedro e Inês".

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que a Junta de Freguesia de Ferrel iria ser a última a fazer a iluminação de Natal.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

MARIA STELA SERPA:

Fez referência às autocaravanas que faziam campismo salvagem, em Peniche, que deixam o lixo à beira-mar e mandam tudo para as rochas, e ninguém, ali, falou do assunto. Disse que vêm a Peniche, turistas de todo o mundo e, na sua opinião, seria mais barato, para a Câmara Municipal, colocar um painel que proibisse o estacionamento de autocaravanas.

Disse que na rotunda do Campo da Torre, estavam três elementos em ferro, que podem ser perigosos. Perguntou porque não se fazia nada, em relação àquilo.

Perguntou que direito tinham, certas pessoas que vivem no Centro Histórico de Peniche, de utilizar postes de sinalização, para estender roupa e porque razão não haviam multas.

Questionou porque razão em algumas ruas da cidade de Peniche, existirem pessoas que utilizam postes da EDP para estender a roupa.

Disse que, perto dos Remédios, haviam pessoas que estendiam a roupa num terreno privado da Câmara Municipal, onde estão barracões, e que estava à vista de todos os turistas.

Relativamente aos barracões que estão perto da Praia do Porto da Areia cheios de lixo, perguntou porque não eram destruídos, uma vez que estava à vista de todos e era uma zona por onde passam bastantes turistas.

Deu conta que, no Baleal, na Avenida da Praia, existia um monte de entulho, ao lado do passeio. Referiu que já tinha prevenido o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, para a situação.

FERNANDO NUNES:

Disse que o povo de Ferrel e do Baleal se tem debatido para que haja um pouco de igualdade, na distribuição de materiais, pelas terras do concelho de Peniche, nomeadamente alcatrão e luzes de Natal. Disse que chegou o momento de pedir equidade, por ser um assunto que, na sua opinião, estava em atraso, em relação a todas as terras do concelho. Referiu que devia existir igualdade na distribuição dos materiais, dando o exemplo do alcatrão. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara, ao executivo e todos os que se interessavam, e que queriam o melhor para o concelho, que vissem bem as necessidades de Ferrel, e a par com a Junta de Freguesia de Ferrel e o seu povo, vissem quais eram os problemas e as prioridades de Ferrel.

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu as duas intervenções do público.

Disse à senhora D. Maria Stela que começou por falar das autocaravanas, que de facto naquele dia não tinham falado sobre aquele assunto, mas repetidamente o faziam, ali. Disse, ainda, que não poderiam estar sempre a repetir o mesmo, porque a evolução, também, não acontecia. Disse que, de facto, era um problema grave, que tem sido muito sinalizado pelo Partido Social Democrata, e que existe, de facto, uma solução, porque, na sua opinião, este ano foi bem pior do que acontecia no passado.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que estava de acordo com o senhor Fernando Nunes e por isso, esperava que fosse mais alcatrão para Ferrel, reiterando que deveria ser alterada a ordem de trabalhos das Freguesias, para que fosse justo. Disse que deveria ser um mandato em que a ordem de trabalhos das Freguesias fosse, Ferrel, Atouguia da Baleia, Peniche e Serra d´El-Rei, porque nos anteriores mandatos, a ordem das freguesias era contrária.

Relativamente à questão do entulho, na Avenida da Praia, disse que o entulho estava num terreno privado e que existia um litígio em tribunal, mas que iria informar, quer a Proteção Civil, quer o proprietário do terreno.

Relativamente às caravanas, disse que a Câmara Municipal colocou sinais, no Baleal, a pedido da Junta de Freguesia de Ferrel. Referiu que, em maio de 2018, no Baleal, falaram com os autocaravanistas e os mesmos foram identificados, tendo sido dada a

informação que não poderiam estacionar no local onde estavam, mas nem todos entenderam a intenção da Junta de Freguesia de Ferrel.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d´El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, formalmente, pedisse ao senhor Presidente da Câmara que fizesse chegar, na próxima reunião da Assembleia Municipal, de fevereiro de 2019, uma relação dos alcatroamentos do concelho de Peniche, nos últimos quatro anos. Solicitou que fizesse chegar uma relação das toneladas de alcatrão e dos arruamentos feitos, em cada uma das quatro freguesias.

Presidente de Junta da Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Relativamente à intervenção da senhora D. Maria Stela Serpa, disse que a recebeu várias vezes, na Junta de Freguesia de Peniche e, em relação aos estendais da roupa, o assunto estava esclarecido.

Em relação à rotunda do Campo da Torre, disse que estava indignada, como Presidente de Junta, porque as chapas ferrugentas, que lá estão, serviam para fazer fogueiras e para fumar drogas. Solicitou que tapassem os pedregulhos e as chapas ferrugentas, que estão na rotunda, porque era uma vergonha para Peniche.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

A questão das autocaravanas era recorrente, mas foi dito, na última Assembleia Municipal que iria reiniciar o processo, mas a Câmara de Peniche tem muitas prioridades e não consegue responder a todas.

Existia um regulamento aprovado, que nunca foi aplicado, que teria que ser avaliado. Deu conta que já foram feitas três reuniões, relacionadas com o assunto, e entendeu-se que havia muito caminho a percorrer e que, em devido tempo, seria apresentado o trabalho que estava a ser feito.

Disse que não se iria proibir o estacionamento das autocaravanas em Peniche e que se teria que avaliar a situação, para encontrar mais oportunidades de estacionamento, para que as autocaravanas continuem a vir a Peniche.

Em relação à "obra de arte", disse que o assunto estava a ser tratado por um técnico da Câmara, mas a subcarga de trabalho era muito e, os mesmos, não conseguiam dar resposta a todos os trabalhos que tinham, pelo que se entendeu que se deveria estudar devidamente as questões para arranjar soluções. Deu conta que a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanístico estava a preparar uma proposta e, era seu propósito apresentá-la, brevemente, à Câmara Municipal, referindo que estava à espera de outra candidatura, para poder avançar, concordando com algumas das criticas que foram feitas.

Relativamente à questão dos estendais, registou uma questão, que teria de ser avaliada e analisada, que era a questão das barracas dos Remédios, se estariam ou não numa propriedade municipal.

Sobre a questão dos barracões do Porto da Areia, disse que pretendia apresentar um projeto à Câmara Municipal, para um concurso internacional.

Relativamente à questão colocada pelo senhor Fernando Nunes, disse que no próximo ano, a Câmara Municipal tinha a intenção de abrir um concurso, para que os grandes asfaltamentos sejam executados por uma empresa. Reconheceu que a Freguesia

de Ferrel, era uma das vilas que deveria ter prioridade, mas seria sempre avaliada em pé de igualdade com as restantes freguesias. Referiu que a freguesia que levou mais asfalto, até ao momento, foi Ferrel, no Sol Village I, e só recentemente os asfaltos vieram para a cidade. Disse, ainda, que estava muito atento às necessidades de Ferrel, como procura estar atento, em relação a todo o concelho.

Disse que a questão do cemitério de Ferrel estava a ser desenvolvida na parte administrativa e assim que houver condições para começar a executar a primeira fase do prolongamento do cemitério, a Câmara Municipal iria fazê-lo.

O Largo de Nossa Senhora da Guia, era um dos seus objetivos, conjuntamente com a Freguesia de Ferrel. Referiu que era uma obra para executar em 2019.

No seu entendimento, existem mais intenções de construir para a zona de Ferrel e do Baleal, do que o resto do concelho todo junto.

Existe a necessidade de construir um reservatório de abastecimento de água em Ferrel, com o custo de 1,4 milhões de euros, e para possibilitar a sua construção, teria que se gastar, seguramente, trezentos mil euros para saneamento.

Em relação a uma pretensão, já apresentada o ano passado, da Junta de Freguesia de Ferrel que, na sua opinião deveria ser estudada a melhor solução, era a limitação em termos de estacionamento no Baleal, lado continente, o controlo e o recebimento do estacionamento.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):
Fez a apresentação do documento.

2) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TERCEIRA REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE (MODIFICAÇÃO 21), PARA O ANO DE 2018:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 36/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8) e

pelo Partido Socialista (5), e quatro (4) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (4) aprovar a terceira revisão aos Documentos Previsionais Município de Peniche (modificação n.º 21), para o ano de 2018.

Os originais dos documentos referentes à terceira revisão aos Documentos Previsionais Município de Peniche (modificação n.º 21), para o ano de 2018, ficaram arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

3) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Sofia Barradas (PSF):

Aproveitou para desejar Boas Festas.

Disse que:

A sua análise iria ser relativa aos pontos três, quatro e cinco.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, já o ano passado tinha mencionado que aquele documento deveria ser um instrumento de planeamento, nomeadamente, económico e social que pudesse fundamentar a orientação que se pretende seguir. O documento que lhes foi remetido, este ano, como GOP, tinha por base, uma inventariação de problemas, de situações e de questões, grande parte delas eram correntes, por não as considerar estratégicas, e em alguns capítulos tem partes que eram uma, mera, descrição das atividades de algumas unidades orgânicas da Câmara Municipal, que julgava não se revelar adequado a um documento daquela natureza. Realçou que em GOP´s anteriores, que teve a oportunidade de analisar, acontecia exatamente o mesmo, contudo, aquele era o segundo documento apresentado pelo atual executivo, pelo que deixou uma nota de que era necessário haver uma maior focalização e o facto de não ter havido, fez com obtivessem um documento extremamente longo e, na sua opinião, pouco esclarecedor, portanto, havia muito contexto e pouca objetividade. Não havia, do seu ponto de vista, alguma coerência ou coesão entre alguns temas e, portanto, da leitura que fez não conseguiu identificar uma estratégia clara e objetiva. Esperava que o plano estratégico, que estava a ser elaborado, para a dinamização económica, ajude naquela matéria, porque este ano de mandato, era essencial para perceberem qual era a estratégia, quais eram as opções e dentro daquelas, quais eram as Grandes Opções.

Todos os presentes naquela sala, estavam cientes das questões a resolver e das necessidades a prover, o que os diferenciava, provavelmente, seriam as opções e aquilo que consideram como prioritário, e havia, também, um aspeto no documento que era importante e que deveria ser melhorado, que era a harmonização entre as GOP e o Orçamento, por ser muito difícil fazer a leitura dos dois documentos em conjunto, por parecerem muitas vezes, quase que dois documentos muito destacados.

Relativamente ao Orçamento, foi referida a intenção de alteração do Organograma da Câmara Municipal, questionou se as necessidades que estavam previstas, em termos

de recursos humanos na proposta de orçamento, já contava com a nova visão que se pretendia implementar, e ao fazer a questão, obviamente, que estava ciente que não foi apresentada, muito menos aprovada, nenhuma alteração à orgânica, mas, julgava que aquele momento do orçamento era um momento de planeamento, portanto, seria o momento, por excelência, para considerar, já, alguma daquela visão, nas necessidades de recursos humanos, até porque são muito significativas para a Câmara Municipal de Peniche.

Relativamente ao orçamento, era a questão das despesas com pessoal e da contratação de recursos humanos, que a deixava bastante apreensiva. Teve a oportunidade de acompanhar algumas reuniões de Câmara, do executivo anterior, também, vivia em Peniche, e estava bastante ciente da necessidade que alguns serviços têm de recursos humanos. Sabia bem, também, qual era a dificuldade de assegurar um serviço, sem recursos suficientes, durante um longo intervalo de tempo, era muito exigente para as pessoas do serviço, e quando é prolongado no tempo, é extremamente desgastante. Referiu que aquela foi uma opção que o executivo anterior acabou por tomar e que se deu em tal extensão, e sem soluções alternativas, porque as haviam, e na altura foi proposto, porque as prestações de serviço serviam, exatamente, para prover as necessidades sem ninguém se comprometer com custos fixos, mas a opção de não contratação de recursos humanos, foi de tal forma prolongada, que conduziram a uma perda de qualidade de alguns serviços, como nunca tinham visto antes.

Concordava que existem serviços que, efetivamente, são muito intensivos, sob o ponto de vista dos recursos humanos, mas para outros serviços, não seria por colocar mais cavaleiros em cima do cavalo que ele andaria mais depressa, portanto, a mesma regra não valeria para todos. Referiu que teria que se analisar, organizar, e queria com aquilo ir mais além de transferir pessoas de uns serviços para outros. Há processos que tinham que ser otimizados, burocracia que poderia e deveria ser sistematizada.

Todos estavam interessados em que os serviços tenham recursos necessários e suficientes para prestar um bom serviço, mas, a nota que pretendia deixar, era que prestar um bom serviço, nem sempre requer mais pessoas. Temia que estivessem a criar um compromisso a médio e a longo prazo e que poderia limitar a ação da Câmara Municipal no futuro. Referiu que lhes competia ter perspetiva, e o futuro não passava apenas por aquele tipo de medidas, porque se falarem em transformação digital, em implementar uma cultura digital, em alguns serviços da Câmara Municipal, em trabalhar por objetivos, em alguns setores, a certificação de alguns serviços e a reorganização daqueles serviços, em função daqueles aspetos, alinhava a cem por cento na estratégia. Na sua opinião, existem grandes passos para serem dados no futuro e esses faziam-se, de facto, com visão, com estratégia, com agenda, mas tinha que haver dinheiro e, portanto, considerava aquele aumento de despesa muito comprometedor, pelo que pediu ao senhor Presidente da Câmara que lhes apresentasse a sua análise aquela sua preocupação.

Fazendo uma análise lógica e, porventura, linear, verificava no Orçamento um aumento nos custos de pessoal, nas prestações de serviço e nas horas extraordinárias, face aos valores que foram aprovados para o Orçamento de 2018. Referiu que as horas extraordinárias serviam para dar resposta a situações de falta de pessoal, as prestações de serviços serviam para dar resposta a necessidades sem ter de contratar, diretamente, o pessoal, como se explicava que ocorram aumentos naquelas três vertentes, portanto,

onde estava o equilíbrio naquela proposta.

Estavam a aguardar a publicação de Portarias, relativas à descentralização de competências do Estado para as Autarquias Locais, e perguntou se seria aquele o momento de firmar aquele tipo de compromissos, em termos de despesa.

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que explicasse os seus objetivos, com aquela forte aposta nos recursos humanos, porque estão em inicio do segundo ano de mandato, e de facto ainda estava em tempo de credibilizar os seus objetivos, junto da oposição, mas havia que ter o cuidado de não comprometer a ação futura da Câmara Municipal.

Era referido, também, nas GOP, a questão das receitas municipais. Perguntou qual o ponto de situação das concessões da Nau dos Corvos e do Molhe Leste, se a Câmara Municipal já tinha definido o que pretendia para aquele espaço e, relativamente à concessão da Prageira, se já estava resolvida a questão com o Instituto da Segurança Social.

Relativamente à questão do Turismo, as Grandes Opções do Plano referiam a elaboração de um projeto para um novo Posto de Turismo, mas no capitulo dedicado ao Turismo, constatou que aquele facto não era referido, quando lhe parecia ser um grande passo naquele tema. Referia, inclusive, da necessidade de modernizar o mobiliário do atual Posto de Turismo, estudar mais dois postos de turismo, pelo que lhe parece haver pouca coerência na abordagem àquele tema e, na sua opinião, seria muito importante ter uma agenda para o Turismo, criar o concelho turístico e ser aquele o fator que os diferenciava e que faria com nos escolhessem, para viver, para trabalhar, para investir ou para visitar. Existia, também, uma referência a vídeos institucionais, e a questão do turismo teria que avançar, recorrendo a novas tecnologias e àquilo que de mais moderno há nos dias de hoje.

Em relação à Albufeira do Rio de São Domingos, era mencionada de uma forma muito vaga, apenas referia que iria ser trabalhado o dossier com a Junta de Freguesia, mas gostaria de saber qual era a posição do senhor Presidente da Câmara, relativamente àquele assunto, o que pensava sobre a Barragem de São Domingos, o que pretendia e tinha pensado para aquela zona, independentemente do que vier a articular com a respetiva Junta de Freguesia.

Pretendia deixar uma nota de que aquela questão do autocaravanismo, também, não constituiu uma surpresa para nenhum dos presentes, todos tinham conhecimento, inclusivamente da necessidade de revisão do regulamento, mas ele existe, e poderia ser aplicado, independentemente da necessidade de o rever.

Relativamente ao Mercado Municipal de Peniche, as GOP referiam o desenvolvimento de um projeto, não apenas para o edifício, como também para a zona envolvente, de acordo com um conceito que era explicado, de forma vaga, mas que ia ao encontro do que ela própria pensava e, portanto, partilhava daquela necessidade, de um novo conceito, mas em Orçamento não encontrou a verba correspondente àquele projeto. Perguntou o que se previa para 2019, se existia uma verba e para que tipo de projeto.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu as questões colocadas pela senhora Deputada Sofia Barradas que, na sua opinião, demonstram um efetivo estudo do que foi feito. Agradeceu a todas as pessoas que se envolveram na construção dos dois documentos, que são diferentes.

Disse que:

Existe muita gente preocupada com as despesas correntes, nomeadamente, em relação aos recursos humanos. Em 2011, existiam 521 trabalhadores e, em 2018, existem 390 trabalhadores, dos quais, 117 têm mais de 55 anos. Referiu que grande parte da solução que o concelho tinha, era na reorganização da Câmara Municipal, e no reforço de capacidades. Acreditava no que estava a ser feito, por ter a vantagem de conhecer grande parte dos setores. Disse que a Tesouraria tinha quatro pessoas, porque três delas têm mais de 55 anos, mas existem insuficiências em todos os setores.

Relativamente à questão do pessoal, não existiam condições para refletir o que são todas as necessidades e pretensões da Câmara Municipal. Referiu que não era verdade que se estavam a fazer mais horas extraordinárias, em 2018, do que em outros anos, e que estava provado e demonstrado, em termos de documento, que os serviços técnicos as fizeram e só se recorria às horas extraordinárias quando existe uma grande necessidade. Deu conta que se contrataram empresas para fazer as limpezas das Piscinas Municipais de Peniche e a vigilância do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche, e que pressionou a Oestecim, no sentido de abrir um procedimento, para que todas as Câmaras, que entendessem, terem uma bolsa de contratualização de segurança.

Estava previsto, nomeadamente, em termos de serviço de limpeza externas, no espaço público de, em 2019, contratar uma empresa para fazer a zona histórica e a zona Central da Cidade, e concentrar os trabalhadores municipais em outras áreas.

Uma das necessidades da Câmara Municipal, eram os motoristas de pesados na área da limpeza, referindo que faltavam seis motoristas naquela área, porque os salários eram baixos, nomeadamente, para os motoristas de pesados.

O Mercado Municipal teria um projeto e iria ter um estudo prévio, em altura própria.

Relativamente ao setor da limpeza, para além dos precários que estavam previstos, são precisos mais quinze, mas era uma reivindicação dos técnicos dos serviços, porque queriam uma limpeza de excelência.

O setor das taxas tinha apenas uma pessoa, e poderia ter muita potencialidade, em termos de receita. Deu conta que os concursos de Chefias de Divisão não avançavam, por não haver capacidade para os fazer. Referiu que assinava todos os pedidos de mobilidade que entendesse serem justos, mesmo que fique preocupado com as soluções existentes, porque para os que entende serem imprescindíveis, não assina. Referiu que o fundamental para o desenvolvimento do concelho estava relacionado com a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística.

Em relação ao Pinhal, perguntou como iriam fazer, referindo que o Engenheiro Florestal já estava contratado. Referiu que, de momento, na gestão e na prevenção do Pinhal, existe a Proteção Civil e os Engenheiros da área do Ambiente. Iria ser necessário comprar equipamento para a limpeza do Pinhal e, se for formada uma equipa de sapadores, com formação, poderá ser delineado um plano, que já existe no Plano de Gestão da Floresta, que irá a reunião de Câmara, brevemente. Entendeu que, na primeira fase do plano, o Engenheiro Florestal iria ficar sob a sua dependência, com a proximidade dos dois Engenheiros da Divisão de Energia e Ambiente e do Comandante da Proteção Civil.

Em relação aos atuais trabalhadores e à atualização dos salários, eram cento e trinta

e cinco mil euros, relativamente aos cinquenta e três postos de trabalho, da Lei de Regularização de Precários, que se previam colocar, eram mais setecentos e quarenta e um mil euros, novos postos de trabalhos resultantes da alteração ao mapa de pessoal, poderão ser trezentos e setenta mil euros. Não pretendia contratar pessoal, através de empresas de trabalho temporário, por ser mais caro, só o fazia excecionalmente, se não houver outra forma. Referiu que era a favor da reposição de direitos, que estiveram congelados desde 2005, e da reposição das percentagens de acréscimos remuneratórios, pretendia reduzir a precariedade, pelo que respondia, em grande medida, àquilo que acha mais pertinente, em relação aos trabalhadores. Lançou o desafio a quem tinha experiência e capacidade, não apenas em relação às propostas das GOP, na generalidade, era dizer quais eram as propostas que foram feitas e que queiram retirar e quais as que querem pôr. Referiu que quem não estivesse de acordo com a contratação de pessoal, deveria dizer não se deveria contratar pessoal a tempo determinado, mas sim contratar uma empresa.

Iria fechar o processo dos precários, para depois fazer uma avaliação e cada Chefe de Divisão daria a sua opinião. Referiu que o setor que estava mais avançado, em termos de adaptação, era a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística.

Concordava que se deveria adaptar os recursos humanos às necessidades da Câmara e, também, concordava que existiam serviços em que se poderia contratar empresas para os fazer.

Na sua opinião, o documento estava melhor, mas tinha dúvidas sobre se as GOP eram um instrumento da Câmara ou se deveria ser um instrumento de perspetiva de desenvolvimento do concelho.

Devia haver mais objetividade, havendo, em algumas áreas, um exagero.

Defendia que, em termos de Chefes de Divisão, deveriam ser de nomeação, no inicio de cada mandato, de confiança política e pessoal.

Como principio, teria que resolver, primeiro, a organização da Câmara.

Era importante que existisse o objetivo de executar os projetos dos setores que se determinou primeiro, para apresentar o envolvimento da zona do fosso.

Existia o objetivo de ter um Posto de Turismo avançado, mas que havia muito a fazer, em relação àquele setor.

Haviam pessoas interessadas em investir na zona Industrial do Vale do Grou.

Assumia que a agricultura tinha que merecer uma grande discussão de todos, particularmente daqueles que conhecem a agricultura, porque são os maiores interessados e saber qual era a estratégia daquela área.

O documento estratégico refletia, não aquilo que disse, mas aquilo que na generalidade as pessoas entendiam, e que quiseram dar o seu contributo, que era o turismo. Disse, ainda, que se tinham de construir alternativas diferenciadoras que nos distingam dos outros.

Em relação à Nau dos Corvo, propôs à Câmara Municipal que o concurso não fosse renovado, que foi aceite por unanimidade, mas posteriormente tentou encontrar uma solução, porque não lhe agradava encerrar aquele espaço, que foi negociada e que acabou por resultar. Assume que foi viabilizada, apenas com três votos, mas os compromissos assumidos foram cumpridos. Deu conta que a chave estava em seu poder, foi efetuada a avaliação técnica, estão a procurar soluções internas para que se programe o que fazer de

seguida.

Relativamente à questão do Molhe Leste, estava a ser preparada uma proposta para ir a concurso, tal como a questão do Sportágua, do Restaurante da Berlenga e do Castelinhos da Berlenga.

Em relação à Prageira, que estava marcada uma reunião, com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social relacionado com o Bairro da Berlenga, para a próxima semana, até porque o que se previa era que os bairros sociais passariam para a posse da Câmara Municipal através da transferência de competência, mas que teria que ser muito bem discutido, para se saber qual o envolvimento e as obrigações da Câmara, nomeadamente, se uma parte do património poderia ou não ser vendido.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que iria ler uma declaração política, que representava a posição do Partido Socialista, relativamente aos pontos, três, quatro e cinco da ordem do dia:

«*Após a análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019, importa salientar alguns aspetos que o Partido Socialista, considera relevantes. Consideramos que os documentos foram apresentados sem tempo para uma análise cuidada para discussão no âmbito da Câmara Municipal, e por outro lado não houve abertura para a apresentação de propostas do Partidos da oposição. Aliás, o senhor Presidente na reunião de cumprimento do estatuto da oposição foi muito claro quando afirmou que não eram possíveis grandes alterações, sendo apenas possíveis alguns ajustes.*

Perante esta forma de apresentar o documento, é clara a ausência de abertura, para que o documento possa absorver propostas de outras bancadas. Se por um lado, o documento das Grandes Opções do Plano 2019, incluem propostas para uma década, por outro lado, excluem algumas áreas que para nós, Partido Socialista, consideramos importantes.

O documento da GOP 2019, pretende exatamente isso, opções para um ano civil 2019, e não uma mistura de pretensões e intenções, ainda que legitimas e válidas, para um espaço alargado de tempo. Mas o que consideramos mais grave, é a falta de estratégia, e sem definir neste documento, as prioridades para 2019.

Por exemplo, a referência ao Museu Municipal é escassa, sem alternativa válida, relativamente à localização, parece-nos que seria importante definir, visto que na Fortaleza não será possível colocar, preparar um projeto para o efeito de instalação do novo Museu Municipal.

Relativamente ao pavilhão Multiusos, que consideramos necessário, consideramos, também, que seria importante desenvolver um projeto para ter pronto quando existirem apoios, no âmbito do próximo quadro comunitário. Um projeto que é essencial para que possamos desenvolver atividades culturais e desportivas, contribuindo assim, para combater a sazonalidade turística. Aliás, no ano passado, a Secretária de Estado do Turismo, na apresentação da estratégia para o setor até 2027, afirmou que só com mais turismo ao longo do ano, é possível haver empregos qualificados e sustentados, e evitar, por exemplo, que haja despedimentos em massa, em outubro, após a época balnear, definiu assim, um eixo prioritário na estratégia de turismo para o nosso país.

E de facto falta-nos isso, estratégia para o turismo, que tipo de turismo queremos? Seria importante, neste documento, vir desenvolvidas, ou pelo menos colocadas, algumas feiras, por exemplo, onde o Município poderia participar, para além daquelas que são representadas pela CIMOESTE e pelo Turismo do Centro.

Para além do Pavilhão Multiusos, consideramos que existem outras infraestruturas importantes a serem desenvolvidas e requalificadas, como por exemplo o acesso a estacionamentos,

que merecem uma requalificação nas zonas balneares, não há qualquer referência nos documentos apresentados.

Outro exemplo que não compreendemos, por exemplo, é o orçamento participativo. Na última Assembleia Municipal, o senhor Presidente disse que iria ser aumentado para o dobro da dotação orçamental, tendo em conta que não foi desenvolvido este ano, o Orçamento Participativo. Agora nas GOP, aparece apenas referência à revisão ao regulamento em vigor. E porque não avançar, senhor Presidente para um Orçamento Participativo Jovem, como outros Municípios fazem, aumentando assim, a participação e envolvendo os jovens nos assuntos da sua terra.

Por outro lado, uma área como a Educação nas GOP para 2019, é apresentado um texto que ficaria bem em qualquer GOP de outro município, com propostas avulsas e sem ligação entre elas. A educação é a base para construção de uma sociedade melhor, ou seja, para construir um concelho melhor, com foco nas qualificações e na melhoria das condições de vida da população. Lamentamos a forma como este setor, tão importante, talvez o mais importante, seja desta forma tratado.

Outra área importante e que deveria ser prioridade para o Município é a economia do mar. No que diz respeito a esta área é firmado que estão criadas as condições para implementação ou instalação de empresas desta área, mas mais uma vez nas GOP, não são apresentadas as formas como serão concretizadas estas instalações ou apoios à instalação.

Relativamente ao Orçamento para 2009, é clara a intenção de contratação de recursos humanos. Na nossa perspetiva em demasia, apesar de considerarmos, que de facto, sejam necessários contratar mais recursos humanos, para alguns setores. Mas o amento de quase um milhão de euros em 2019, o que supera qualquer valor, relativamente aos anos antes da vinda da Troika, não deixa de nos preocupar. Basta ver o Orçamento para 2011, em que os valores nunca atingem tamanha proporção nos gastos com pessoal. Só entre 2017 e 2019, a previsão de aumento em despesas com pessoal, atinge um milhão e quatrocentos e cinquenta mil euros, representado um aumento em cerca de 24%. Para além disso, este aumento de recursos humanos, não vem acompanhado de qualquer análise cuidada da organização dos recursos humanos do Município. A solução passa, na nossa opinião, obviamente por recrutamento de alguns trabalhadores, não nesta escala, mas também pela organização e eficácia dos serviços. Temos a certeza que há funcionários que pretendem ver as suas competências ao serviço da Autarquia, que até ao momento, não têm sido valorizadas. Não podemos aceitar um aumento brutal nesta despesa e depois existir um regulamento que, da forma como está construído, corta no apoio às coletividades, à cultura, tão essencial ao desenvolvimento de qualquer sociedade, nomeadamente aos grupos que representam o nosso concelho por todo o país.

Por outro lado, o elevado créscimo de despesas de capital, significa menos investimento no concelho, que levará a uma menor resolução dos problemas do concelho. Repito, faltam definir as prioridades para 2019, não podemos acreditar que a prioridade é apenas a contratação de recursos humanos, sem qualquer base estratégica para o concelho.

No inicio deste mandato, o Partido Socialista esteve disponível para ajudar, porque acima de tudo, queremos o melhor para o nosso concelho. Após as várias abordagens do senhor Presidente da Câmara e de várias reuniões, nunca se concretizou qualquer atribuição de responsabilidades ao Partido Socialista. Lamentamos porque estávamos de forma séria e com completo compromisso. Contudo, temos mantido uma posição construtiva e responsável. No ano passado demos o beneficio da dúvida, relativamente aos documentos de 2018, e ao longo ano, contribuímos com ideias alternativas apesar da reação por vezes não ser a mais positiva.

Relativamente aos documentos para 2019, o Partido Socialista, de uma forma geral, considera as Grandes Opções do Plano, para 2019, um documento repleto de intenções, para uma

década, sem estar assente numa estratégia onde não se definem prioridades, enquanto o Orçamento em 2019, tem um elevado aumento na despesa com pessoal e decréscimo na despesa de capital, inviabilizando a resolução de problemas do nosso concelho. A Bancada do Partido Socialista, como sempre, irá votar de forma responsável e de acordo com o que considera ser o melhor para o nosso concelho.

Obviamente, o Partido Socialista está e estará sempre disponível para encontrar soluções para o nosso concelho.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d´El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Ia sendo regular, ouvir, ler, o senhor Presidente dizer que a Câmara estava desorganizada. Admitiu que em todos os momentos em que uma força politica entra na Câmara, a sua vontade em premir uma dinâmica, tinha a ver com o que pensava, sobre a melhor forma de organizar a Câmara.

Peniche, tinha a particularidade de contratar dezenas de pessoas para reforçar os serviços de limpeza, quando chegava o mês de maio, mas por imposição da Troika, esse tipo de contrato desapareceu e acarretou um conjunto de dificuldades para os serviços de limpeza. Perguntou porque é que houve uma redução do número de lavagens de contentores no concelho, em 2018. Referiu que já tinha tido a oportunidade de dizer ao senhor Presidente, aquando da reunião das GOP, que a lavagem dos contentores não tinha chegado à Serra d´El-Rei, pelo que solicitou informação sobre o motivo de não ter acontecido.

O senhor Presidente não iria ter grande dificuldade em ter acesso a Fundos Comunitários, até porque sabia como estava o grau de execução dos projetos, no âmbito da Oestecim. Deu conta que esteve numa reunião no Parlamento, a propósito da eventualidade das freguesias participarem e terem acesso ao próximo quadro comunitário, ao 2030 e ficou boquiaberto ao ouvir o número do grau de execução do 2020. Disse que o grau 2020, tinha um grau de execução de pouco mais de 20. Disse que o grande problema do 2020, seria a devolução de milhões de euros à União Europeia.

Relativamente ao assunto que falou antes, leu o seguinte texto: "*A CDU tem sido responsável pela gestão da Autarquia nos últimos doze anos. Foi uma gestão que soube afirmar pela diferença e deixa um legado com obra feita e projetos e financiamentos aprovados*." Citou "*Centro Escolar da Atouguia da Baleia, Centro Cívico Intergeracional, segunda fase do Fosso da Muralha, recuperação do Forte da Consolação, arranjos exteriores do Bairro Coosofi, Vale Verde e Fernão Magalhães, remodelação da ETAR de Peniche, entre outras*."

As opções que estavam a discutir eram opções de quem dirige a Câmara, e era normal, no âmbito dos estatutos do estatuto de direito da oposição, porque quem dirige dizia quais eram as prioridades, de acordo com aquilo que são os seus objetivos político-partidários, que no caso, através de um grupo de cidadãos, que não eram uma força politica igual às outras, no entanto, o reforço de verbas com o pessoal, eles compreendem, aliás, o que foi dito pelo senhor Presidente, eles comungam, a questão das horas extraordinárias era inevitável, o problema não era o aumenta o valor das horas extraordinária, o problemas foi que a Troika nacional e internacional baixou o valor de hora extraordinária para 18% do que era o valor real, portanto, qualquer subida terá impacto anual em qualquer orçamento de qualquer Câmara Municipal.

Relativamente às questões de pessoal, todos sabiam que existem pessoas que se

reformam, que acabam por falecer, e, naturalmente, aquelas pessoas teriam que ser substituídas, mas aquilo que chamavam à atenção era que, não colocando em causa a questão essencial, que era a necessidade de reforço de pessoal, em diversas áreas, que concordam, mas que haja equilíbrio.

Das Grandes Opções do Plano, para a CDU, mantinha-se a prioridade principal que era a educação. Referiu que não havia desenvolvimento no concelho, sem uma aposta forte na educação, que não transparece no documento. No ano passado, aquando daquela discussão, chamou à atenção, para a necessidade da revisão da Carta Educativa, que não aparece de forma clara no documento e que entendem que deveria aparecer.

Para a CDU, as quatro principais apostas eram a educação, o mar, a agricultura e o Turismo.

Esperavam que a Câmara Municipal não se precipitasse, relativamente a alguns dossiers, concretamente com o pessoal. Referiu que, enquanto faltar uma auxiliar na escola, atualmente, em alguns ciclos, a responsabilidade é do Ministério da Educação, quando passar para as Câmaras, a responsabilidade será das Câmaras Municipais.

Em relação a restaurantes, o concelho de Peniche tinha excelentes restaurantes, e poderiam começar pela Serra d`El-Rei, que tem um dos melhores restaurantes do Oeste.

Da parte da CDU, apesar de serem críticos e terem explicitado as suas opiniões, o voto não iria ser contra nenhum dos documentos. Irão optar pela abstenção, pela abordagem critica que fizeram de forma séria e responsável, e como não era o modelo de gestão que pretendiam para Peniche, naturalmente, respeitam quem tem aquelas opções políticas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Relativamente à posição do PS, não referiu que não recebiam propostas, aliás, estranhou não as ter recebido, como receberam no ano anterior. O que referiu foi que não havia muita margem para grandes alterações. Disse, ainda, que não aceitava que se tivesse excluído qualquer hipótese de proposta, deveriam ter feito as propostas porque, na sua opinião, tiveram tempo suficiente. Admitiu que deveria ter haver mais tempo e esperava que no próximo ano haja mais tempo.

O Museu Municipal estava garantido pelo Governo, que iriam ter um espaço dentro da Fortaleza.

Em relação ao Multiusos, estava a ser trabalhada uma solução com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, porque não pretendem estar à espera sete ou anos de qualquer financiamento.

Relativamente à questão do Turismo, todos defendiam o Turismo.

Em relação às infraestruturas, estavam a ser feitos projetos, e alguns deles estavam a avançar, mas cada um respondia pela sua estratégia e não iria ficar à espera, sem responsabilizar ninguém pelas medidas que forem tomadas, e os projetos que entendam ser prioritários, devem ser postos em cima da mesa.

A educação era uma prioridade. Em relação aos investimentos que foram feitos no passado, quais eram os que estavam previsto fazer este ano. Carta Educativa, de certeza, querem um Centro Escolar para Peniche ou não, isso seria contemplado em PDM ou não, ele defende-o.

Relativamente ao Orçamento Participativo, entendeu que deveria ser feito um

regulamento. O Orçamento Participativo, será para fazer em 2019, para que se coloquem os valores de 2018 e 2019, estando previsto nas contas, e executar o que não foi executado, do mandato anterior, nomeadamente, o parque infantil e o parque canil, estava a estudar a melhor forma de fazer o quiosque e a proposta das cérceas do Bairro Luís de Camões.

Não estava a fazer a avaliação do que estava desorganizado. Em relação à Troika, concordava, mas haviam medidas que deveriam ter sido tomadas. Referiu que respeitava as opções de cada um, mas, por vezes, não percebia quais eram as posições e as estratégias que cada um tinha.

Relativamente à lavagem de contentores, a questão iria ser avaliada, iria verificar quantas lavagens de contentores foram feitas e saber qual a razão porque a lavagens dos contentores não chegou à Serra d´El-Rei. Deu conta que estava a decorrer um processo de aquisição de um carro de lavagem de contentores e de ruas, com água quente, e da parte da Oestecim, iria haver um maior envolvimento e uma maior colaboração na lavagem de contentores.

Em relação à execução do quadro comunitário, era verdade o que o senhor Presidente da Junta de Serra d´El-Rei disse, e por isso mais o alertou, porque a Câmara tinha que criar uma estrutura.

Relativamente ao Centro Escolar, tiveram de ser feitos novos concursos porque os que foram feitos, anteriormente, não correram bem.

O desgostava profundamente que, nomeadamente, a Câmara esteja a tomar decisões que podiam ter sido diferentes, se houvesse outra aposta, partilha e envolvimento. Concordou com o que foi dito sobre a Educação, a Carta Educativa, o mar, a agricultura e o Turismo.

Sobre a questão dos restaurantes, disse que queria responsabilizar aqueles que têm de ter mais qualidade, que têm que ter outro serviço. Sabia que existem restaurantes de referência e que não era por acaso que vinham pessoas de longe a alguns restaurantes de Peniche.

Se Peniche queria apostar no turismo, e se querem que o turismo se desenvolva, era crucial que houvessem objetivos, para exigir a quem trabalha em Peniche, nas várias áreas.

O alojamento local era um problema muito complicado, que ninguém falava, que teria de ser avaliado. Referiu que pretendia mudar, radicalmente, a estrutura do concelho de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d´El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que estavam a abordar as Grandes Opções do Plano, do executivo que preside à Câmara Municipal de Peniche, foram colocadas várias versões, mas quem teria que responder era o senhor Presidente, na qualidade de Governo Local.

Concordou com o que foi dito, relativamente ao Fosso da Muralha, de que essa devia ser a grande prioridade, e estava muito à vontade, porque foi o responsável das obras municipais, no mandato em que teve aquela função, em que foi feita a primeira fase da obra do Fosso das Muralhas, com momentos muito difíceis de execução da obra, como foi o caso da Ponte Velha.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Não era novidade, mas das últimas palavras lhes deixou, ficava a ideia de que, só o senhor Presidente é que era pela nossa terra, todos os outros são contra, e sabia que não era bem assim, haviam era visões distintas sobre aquilo que é relevante, prioritário, e aquela sobranceria que demonstrava, ao dizer como dizia, ou eram por ele ou eram contra a nossa terra, era revelador de alguma falta de humildade.

Procurou, tal como o senhor Deputado Henrique Estrelinha, informar-se sobre como correu, na Câmara Municipal, o debate sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, porque, desde que estava na Assembleia Municipal, há nove anos, crê que era a primeira vez que surgia um documento, daquela importância, aprovado por voto de qualidade do Presidente, ou seja, era um documento que não recolheu consenso mínimo e mais do que isso, recolheu oposição, um número igual de votos contra e a favor, no caso do orçamento, e o que procurou fazer, porque, de facto aquilo lhe fazia alguma confusão, foi sobre a abertura do senhor Presidente para acolher as sugestões dos senhores Vereadores, uma vez que, quando tomou posse, há um ano, afirmou que iria acolher as ideias de todos, e o que soube foi que, de facto, o senhor Presidente começou com um discurso de abertura a propostas, para melhorar os documentos e, depois de ouvir intervenções criticas de todos os senhores Vereadores da oposição, perguntou se todos estavam preparados para votar, sem mostrar a mínima abertura para alterar o documento, na mesma reunião, o que lhe deixa duas questões:

A primeira era de saber se o senhor Presidente queria ouvir as propostas ou se achava que os senhores Vereadores não podiam fazer propostas, para melhorar os documentos, ou se podendo, não valia a pena, por o senhor Presidente estava convencido que a sua opinião é sempre mais válida.

A segunda, que era um pouco mais perturbadora, era saber se o senhor Presidente queria, efetivamente, ter o orçamento e as GOP aprovados, ou se a sua intenção, era vê-los chumbados, para poder dizer que a oposição o impede de trabalhar.

O senhor Presidente já o ouviu falar sobre vários documentos das Grandes Opções do Plano, enquanto Presidente de Junta e membro daquela Assembleia Municipal, por isso sabia a sua opinião, e, também, enquanto Presidente da Câmara, também o disse no ano passado, a sua opinião quanto a eles. Crê que sairiam todos a ganhar, com um documento mais enxuto, mais curto, mais claro e mais objetivo, e se dizia aquilo, no ano passado, quando viu o documento duplicar o número de páginas, passar de cinquenta para cem, tinha que considerar que não iriam no caminho certo, e se já não vão no caminho certo, na forma, pior era quando passavam para o conteúdo.

Se o nome do documento falava em opções, não era por acaso, é porque era suposto dizer, no interior, quais eram as opções do executivo para determinados assuntos, só que aquele documento, em vez de se chamar GOP, de Grandes Opções do Plano, talvez, devesse chamar-se GIP, de Grandes Intenções do Plano, e intenções, ideias, divagações tinham todos, só que o senhor Presidente tinha os instrumentos, que eram os recursos da Câmara e os impostos que todos pagam, para passar das intenções às opções, e era aquilo que, enquanto membro da Assembleia Municipal e enquanto munícipe, gostaria de perceber, quais eram as suas opções, para este ano, para os grandes problemas que o concelho atravessa e que todos sabiam que tinham que se resolver.

Na sua opinião, no documento, ficaram de fora as questões centrais, as opções para responder a questões centrais, que era, como iriam atrair investimento e criar emprego,

para que as pessoas deixem de ter de sair do concelho para trabalhar, como dar qualidade de vida às pessoas que efetivamente, querem viver aqui, e como dar condições às pessoas mais necessitadas, para que elas, os seus filhos e os seus netos tenham, de facto, melhores oportunidades e se encontre um caminho de igualdade de oportunidades.

Mesmo nas questões mais concretas, já abordadas pela senhora Deputada Sofia Barradas, que não iria recuperar, seja na própria organização Municipal, ficavam sem saber quais eram as opções e, portanto, além de um repositório de inquietações e de medidas, muitas delas válidas e algumas que estavam já a ser executadas pelo Município, gostaria de ver nas GOP, um documento fiável e equilibrado, para responder aqueles desafios.

O documento das Grandes Opções do Plano não era fiável, porque em vários assuntos não se sabia o que iria ser feito e algumas das medidas não tinham sequer rúbrica aberta no orçamento, o que mostrava que não eram sequer uma intenção, eram apenas uma divagação.

Lhes era pedido para aprovar um documento, que não passava de um conjunto de ideias, umas mais claras, umas melhores que outras, mas não eram opções.

Relativamente ao orçamento, julgava que era por ventura, e outros já o disseram, ele apenas corroborava, o documento mais preocupante que foi trazido a votação, naqueles nove anos que ali estava, porque era extraordinariamente desequilibrado e condiciona de forma muito preocupante, a capacidade de ação da Câmara Municipal para o futuro, e o principal motivo prendia-se com o aumento exponencial dos gastos em pessoal, porque estavam a criar custos fixos e permanentes para o Município e a reduzir drasticamente a capacidade de investimento.

Não era por acaso que o investimento em 2019, caía para metade, apesar de aumentarem as receitas de impostos e as transferências do Orçamento do Estado, era porque o dinheiro não chegava para tudo, como o senhor Presidente já tinha dito, e era por isso que se tinha de fazer opções.

Na sua opinião, estavam a desperdiçar uma oportunidade para libertar a Câmara da excessiva dependência da disponibilidade de fundos comunitários.

Deveriam aproveitar o crescimento das transferências e das receitas, para melhorar a capacidade de investir, por iniciativa própria, e pelo contrário estavam a autolimitar-se para o presente e para o futuro.

Considerava a opção do senhor Presidente errada, porque comprometia o futuro do Município e, portanto, lamentava que, uma vez mais, fosse incoerente com o que afirmou no passado, porque há uns meses, depois de uma intervenção do próprio, numa resposta a um senhor Deputado, disse que era necessário evitar um aumento das despesas fixas, para que não se comprometesse o investimento, e o senhor Presidente concordou, tendo sublinhado a mesma preocupação.

Não negavam que existia necessidade de trabalhadores, em alguns setores, mas sendo verdade que falta gente para trabalhar em alguns serviços, noutros era preciso liderança e ideias arrumadas e, sobretudo, iriam fazer o quê, se depois de os contratar, não tiver dinheiro para comprar materiais e para executar.

Era necessário encontrar um equilíbrio que, porventura, teria sido possível, se o senhor Presidente tivesse tido a humildade de procurar consensos, em vez de insistir numa postura que, julga, não ser boa para si, mas sobretudo não era boa para o concelho.

António Moniz (GCEPP):

Disse que:

Queria referir as possibilidades de capacitação para a inovação, que algumas das medidas poderem ser transmitidas. Sublinhou que as contribuições, sobretudo da senhora Deputada Sofia Barradas e do senhor Deputado Henrique Estrelinha, eram contribuições construtivas para as GOP. Referiu que não concordou, tanto, com o senhor Deputado Ademar Marques, por ter visto que existe um conjunto alargado de medidas, que eram opções que a Câmara achou por bem serem desenvolvidas para o próximo ano.

As medidas lhe pareciam particularmente positivas e enquanto Deputado, estaria atento às suas execuções ao longo de 2018 e sobretudo em 2019, onde iria ser feito o balanço. Pareceu-lhe que algumas das medidas não estavam bem finalizadas. Também concordou que o Orçamento Participativo não estava suficientemente desenvolvido, por referir que seria feito um balanço e que o regulamento seria feito para o próximo ano, que se for relativo a 2019, o próximo ano seria 2020.

O ponto sobre o autocaravanismo, estava dentro do desenvolvimento económico, quando devia estar no ponto sobre o Turismo.

A questão da formação estava incluída na inserção social, quando, na sua opinião, devia estar no capitulo relacionado com a educação. Relativamente à formação, não existia nenhuma indicação sobre iniciativas e articulação de iniciativas, sobretudo, com os próprios Centros de Formação Profissional, conforme a área, que deveriam ser consideradas estruturas centrais, também no processo educativo e formativo.

Achou muito positivo que fosse expressa, a necessidade de desenvolver o Parque de Ciência e Tecnologia do Mar, referindo que se podia potenciar, enquanto opção, e seria algo que podia ser melhor pensado na Zona Industrial Vale do Grou.

Se congratulava com a necessidade, que foi detetada, de construir uma unidade de desenvolvimento estratégico económico da Câmara e a constituição de uma comissão empresarial municipal.

Desejava que as comissões empresariais não fossem apenas exclusivas à integração ou articulação de um diálogo com os empresários e que houvesse uma intenção de envolver outros parceiros sociais, nomeadamente, os sindicatos e outros organismos não governamentais, com possibilidade de intervenção, no domínio da inovação no concelho de Peniche.

Célia Martins (PSD):

Disse que:

Reconhecia que, no decurso do último ano, o Município de Peniche tem promovido várias ações, algumas delas em curso, tendo ficado satisfeita pelo espirito de iniciativa e que ficaria ainda mais, quando algumas delas, mais estruturantes, estivessem concretizadas, nomeadamente, a construção do Centro de Recolha Oficial Animal. Referiu que, no âmbito do projeto, em particular, era referido nas GOP, que foi elaborado e aprovado pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, o projeto de construção de um novo edifício com maior capacidade de alojamento e mais valências. Aquela informação, levou-a a ajuizar que o projeto de alterações, que o senhor Presidente da Câmara realizou no inicio do seu mandato, que visava o alargamento do atual espaço, foi abandonado, para se proceder a um novo projeto, mais ambicioso e necessário.

Perguntou se já existia uma localização definida para a construção do novo Centro Recolha Oficial Animal, qual a previsão de custos e as condições de financiamento.

No inicio do ano, foi promovida uma campanha de participação, junto da comunidade, para integrar propostas e considerações de um documento que daria origem a uma estratégia municipal sobre a matéria referenciada nas GOP. Questionou se havia mais alguns detalhes sobre o documento, nomeadamente o ponto de situação da ação que já foi iniciada.

Em comparação com a apreciação que realizou, há um ano atrás, na questão do ordenamento do território e do PDM, registou que houve uma evolução positiva e um maior cuidado em transpor para o documento, um cunho mais pessoal do atual executivo, relativamente ao tema. Relativamente às questões do ordenamento do território, concretamente nos planos de ordenamento e outros instrumentos de execução, disse que as disposições continuam a ser muito vagas, para um documento que tem como objetivo, planear as atividades do Município.

Relativamente ao PDM, disse que deveria haver uma mudança e um compromisso claro em assumir um prazo para o termino da revisão do PDM, porque muitos dos objetivos expostos nas GOP, dependiam daquele processo. Lamentou que o único compromisso assumido fosse dar continuidade e concluir com celeridade o processo da revisão do PDM. Era menos gravoso ultrapassar um projeto pré-estabelecido, dentro de tempos razoáveis e justificáveis, do que não ter nenhum prazo definido e correr o risco de deixar as coisas correrem e não ter um fim à vista.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Nos últimos anos houve evoluções, em termos de custos e quando for possível fazer uma avaliação exaustiva do que existe, deveria pegar-se em todos os dados.

Uma das questões que deveria ser vista era saber o que ficava cativo, em relação às candidaturas e aos investimentos que vão ser feitos, e as restrições em termos de investimento da Câmara, porque a obrigação era pagar primeiro e receber depois.

Registou, em 2017, em reunião de Câmara, quando se avaliou as propostas apresentadas, que os senhores Vereadores fizeram um conjunto de críticas e de propostas e grande parte delas foram aproveitadas para o documento de 2018. Referiu que na primeira reunião de avaliação do documento, não foi feito nenhum contributo, nem nenhuma proposta, referindo que era preciso ver as propostas que foram feitas.

A sua opinião não era mais válida do que as de outros, que tinha a preocupação de ouvir e registar outras opiniões e que era a partir delas, que procurava melhorar a sua intervenção.

O documento das Grandes Opções do Plano tinha todas as opções e o orçamento dizia para onde iria todo o dinheiro e, se fosse possível, o aumento de receitas iria ser uma prioridade.

Relativamente aos consensos, lhe lembrava a questão da água e a atualização das tarifas da água. Foi dito que, na generalidade, o aumento das tarifas da água foi de 4%, mas não foram feitas propostas nenhumas em alternativa, foram referidas algumas criticas e perspetivado em termos de futuro o que deveriam analisar, e o que disse foi que com tempo iriam fazê-lo.

O aumento para uma família, de cinco metros cúbicos, num mês, era de 0,43€, o

aumento para uma família, de dez metros cúbicos, era de 0,76€ e para uma família que consome mais de dez metros cúbicos, era um aumento de 1,09€ e para o tarifário social era menor. Referiu que, em relação aos consensos, achava que todos deviam ter a consciência de que é preciso fazer mais dinheiro.

Concordava, no essencial, com a intervenção do senhor Deputado António Moniz, à exceção da questão do autocaravanismo.

Em relação ao Orçamento Participativo, seriam duas tranches no mesmo ano. Referiu que se estava a procurar propor algumas regras, posteriormente, a Câmara iria tomar uma decisão, que seria votada em Assembleia Municipal.

Relativamente à questão da Proteção Animal, não era fácil falar daquela questão. Na sua opinião, se pudesse, a Câmara já teria construído o novo equipamento, que não foi construído, porque infelizmente, dentro de outras situações, houve uma infelicidade, porque quando ia ser apresentada uma proposta à Câmara, para adquirir alguns armazéns, os mesmo deram problemas. Referiu que era um objetivo, a curto ou a médio prazo, que tinha que ser discutido na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. O objetivo seria construir o novo edifício, com o dinheiro que está disponível, nomeadamente da candidatura. Deu conta que foram feitas algumas adaptações, porque as anteriores não correspondiam às necessidades do atual canil e que a mesma não seria definitiva.

As contas, na sua opinião, iriam refletir um grande investimento na intervenção, nos animais de rua, nomeadamente a esterilização de cães e gatos. Disse que o papel das associações e das pessoas amigas dos animais, não seria transferir a responsabilidade toda para a Câmara, mas coletarem-se e arranjar dinheiro para ajudar os animais. Deu conta que a Câmara Municipal, em 2018, gastou muito mais dinheiro naquelas intervenções, que não era comparável com o que se tinha feito no passado. Disse que se tinha de controlar as colónias dos gatos e de outros animais.

Relativamente ao PDM, na última reunião, no dia 31 de outubro de 2018, discutiu-se a questão do PDM. Na altura propôs-se que, até final de novembro, fossem apresentadas as propostas de alteração do regulamento, mas aceitou que fossem entregues até finais de dezembro. Referiu que havia uma perspetiva de, quando se chegasse ao final de dezembro, verificavam-se os contributos feitos e, no principio de janeiro de 2019, iria ser marcada uma reunião, com o propósito de falar com as Juntas de Freguesias e havia a ideia de fazer sessões públicas, em todas as freguesias.

Era de uma grande responsabilidade e de uma grande dificuldade, respeitar, em dois anos, o que estava previsto no POC-ACE.

Era a favor da transferência de competências, desde que sejam calculadas, muito bem quantificadas e que sejam sempre negociadas.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Relativamente ao processo de aprovação na Câmara Municipal, foram feitas propostas de adaptação do documento e perguntas, às quais o senhor Presidente da Câmara não respondeu, sobre questões que estavam no Orçamento, portanto, no final, perguntou se estavam preparados para votar.

Foi feita uma pergunta, sobre se seria possível aumentar as receitas, respondeu que não, elas já aumentam substancialmente, no atual Orçamento. A questão era que, em

vez de subir o investimento, baixava, e era isto que não fazia sentido, era um contrassenso enorme para quem se queixava de falta de dinheiro.

Sobre a questão dos consensos e das tarifas da água, ainda não foi dada a explicação, sobre porque é que baixaram drasticamente os consumos, que era uma questão essencial para se poder discutir as tarifas, o que se iria fazer, o que se iria programar para os anos seguintes e se não teria de ser a Câmara a substituir-se aos munícipes, que pagam muitos impostos e taxas, e que pagam água e saneamento bastante caro e a discussão tinha de acontecer, porque se forem planeados investimentos enormes no mesmo ano para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, será preciso muito dinheiro e por isso, as tarifas têm de ser aumentadas. Disse que as tarifas têm de ser aumentadas não só para as famílias, mas também para as empresas e o que isso representa em termos de atividade empresarial, porque, se as empresas tiverem de fazer as contas, vão ter de ter em conta, também quanto iria aumentar o preço da água, nomeadamente se tiverem de pagar a água, em quantidade para a sua atividade. O senhor Presidente da Câmara ainda não foi capaz de explicar como é que houve uma quebra, daquele valor, nos consumos da água.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que era um objetivo, aumentar as receitas naquilo que foi descurado e que tem potencialidade. Referiu que não se queixava da falta de dinheiro, mas que o concelho precisava de mais dinheiro para investir, nomeadamente em termos de despesas de capital. Relativamente à questão da água, disse que não era o Presidente da Câmara que teria de explicar a redução da água, mas os serviços técnicos. Disse que os técnicos teriam que apresentar e o Conselho de Administração tinha que apresentar à Câmara Municipal. Referiu que a proposta foi para a Câmara porque foi sugerido que não se votasse a proposta, que deveria ter sido o Conselho de Administração a fazê-lo. Referiu que esteve sempre à espera que houvesse uma proposta de redução da tarifa para as empresas, e não foi feita nenhuma, e havia da sua parte e da parte dos técnicos, que acompanhavam a situação, essa perspetiva, mas não tendo havido, mantiveram a proposta que os serviços apresentaram.

Ademar Marques (PSD):

Disse que o senhor Presidente propôs um tarifário à Câmara Municipal, às doze horas, para ser votado às doze horas e vinte minutos, perguntou se tinha dado tempo para fazer propostas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que dentro do Conselho de Administração, no prazo de uma semana, foram entregues os documentos, pelo menos oito dias antes, tiveram pelo menos duas reuniões, onde não se fez nenhuma proposta, falou-se na possibilidade de analisarem, para no próximo ano apresentarem uma avaliação dos escalões.

Disse que, pela primeira vez, o Conselho de Administração entendeu que não deveria votar e apresentar a proposta, em reunião de Câmara, daquela forma. Referiu que já solicitou aos Técnicos, que mandassem informação para todos os Vereadores.

Senhor Deputado Ademar Marques (PSD):

Disse que o senhor Presidente tinha conhecimento das circunstâncias especiais em que decorreram as reuniões, mas continua sem ser dada a explicação, e se os técnicos ainda não informaram, seria difícil os políticos decidirem e, obviamente, era diferente, os senhores membros do Conselho de Administração, que reúnem uma vez por semana e o senhor Presidente da Câmara que estava em contacto permanente com o Diretor Delegado dos serviços ou com o senhor Engenheiro Raminhos.

Deliberação n.º 37/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com dez (10) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, cinco (5) votos contra, dos senhores Ademar Marques, Nuno Nico, Bruno Rasteiro, Célia Martins e Paulo Alexandre Simões Ernesto, todos eleitos pelo Partido Social Democrata, e doze (10) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (4), pelo Partido Socialista (4) e dos restantes membros eleitos pelo Partido Social Democrata (2), aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2019.

4) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção, por ter.

Deliberação n.º 38/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com nove (10) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, quatro (9) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, e seis (6) abstenções, dos restantes membros eleitos pelo Partido Social Democrata (2) e pela Coligação Democrática Unitária (4), aprovar os Documentos Previsionais Município de Peniche, para o ano de 2019.

5) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 39/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pela Coligação Democrática Unitária (4), do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata, e onze (11) contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Partido Socialista (4), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2019.

6) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):
Fez a apresentação do documento.

Deliberação n.º 40/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor:

1. Conceder à Câmara Municipal ou ao Presidente da Câmara Municipal, conforme caiba a autorização da despesa, autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos nas Grandes Opções do Plano, para o ano de 2019, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.
2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos nas Grandes Opções do Plano, para o ano de 2019, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

7) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que tinha sido referido pelo senhor Presidente, que a construção, quer na Freguesia de Ferrel, não apenas pelo Baleal, porque se verificarem as atas e os processos de licenciamento, na vila há muita construção, porque as pessoas querem ir para aquela zona. Disse que tirou alguns dados do documento das Grandes Opções do Plano, e chegou à conclusão que era preciso fazer uma conduta na Serra d´El-Rei, Pluviais no Largo de São Paulo e na Rua 5 de outubro, o reservatório de Ferrel e a ETAR de São Domingos.

Sensibilizou a Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e a Assembleia Municipal, para assumir que talvez fosse melhor fazer um empréstimo, por haver, ainda, capacidade de endividamento, do que estar muitos anos à espera que haja dinheiro para se fazer um investimento, porque, na sua opinião, iriam estar a atrasar investimento e desenvolvimento. Disse que era difícil olhar para os investimentos e dizer qual deles era o mais urgente. Disse que se fosse necessário, podiam contar com o seu apoio e com o seu voto.

Presidente da Câmara Municipal de Peniche, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a maior parte dos projetos estavam conscientemente assumidos e, no essencial, todos reconheciam aquelas necessidades e prioridades. Referiu que existem alguns, pequenos, investimentos que talvez sejam mais fáceis de fazer, mesmo sendo prioridades. Decidiu-se que se teria de investir mais no controlo e limitação de danos, em relação às perdas que existem, que são cerca de 30%.

Relativamente à questão do investimento da Serra d´El-Rei, disse que o concurso já estava adjudicado, referindo que as obras iriam trazer alguns problemas para a população daquela freguesia. Disse, ainda, que a obra era uma necessidade, por ser determinante, em relação ao abastecimento de água no concelho, no futuro, particularmente na zona sul.

Disse que tinha de se decidir um timing, para o que se iria fazer, relativamente ao abastecimento de água em Ferrel, referindo que existia, também, a necessidade de fazer uma conduta de saneamento no Pluvial dos Remédios.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d´El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, aquando da primeira reunião da obra no local, gostariam de estar presente, até porque estava em causa, o encerramento temporário, de uma parte importante do funcionamento de toda a terra e por isso querem participar ativamente. Disse que eram solidários com o concelho, mas não poderiam ser prejudicados, e aí não iriam colocar de lado, algumas reivindicações, deixando claro, que o apoio àquela obra, nunca passará pelo encerramento da Estrada Nacional 114, na totalidade, porque para resolver o problema de uns, não poderia prejudicar outros.

Deliberação n.º 41/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, por maioria, com onze (11) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e pela Coligação Democrática Unitária, e catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Socialista (5) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata, aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2019.

8) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal Henrique Bertino (GCEPP):

Referiu que, independentemente do orçamento, era decisão do Conselho de Administração, executar um conjunto de pequenas obras, nomeadamente na Serra d´El-Rei, conforme foi combinado com a Junta de Freguesia, que se resumiam a resolver problemas do saneamento para a regueira. Disse que já se fez o mesmo nos Casais Brancos, na Rua das Flores. Deu conta que a obra que estava a ser feita na Bufarda estava acabada, e que era uma situação grave.

Disse que se pretendia fazer intervenções no Alto Veríssimo e nos Bôlhos.

Disse que existiam muitas situações que estavam referenciadas, que os serviços não conseguiam resolver de uma vez só, mas existia sensibilidade para dizer que deve haver muito empenho, para resolver problemas que parecem ser de menor importância, que são muito significativos para a qualidade de vida das populações rurais do concelho.

Deliberação n.º 42/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com nove (9) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e das senhoras Mariana Rocha e Inês Cação (2), eleitas pela Coligação Democrática Unitária, e dezasseis (16) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Socialista (5), pelos senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador e senhor José António Amador, eleitos pela Coligação Democrática Unitária (2) e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata (1), aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2019.

9) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, não

se tendo registado qualquer intervenção.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):
Fez a apresentação do documento.

Deliberação n.º 43/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2019.

10) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 44/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor:

1. Conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2019, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2019, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

11) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO POSSAM CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 45/2018: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, conceder autorização ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche para deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, no ano 2019, até ao valor máximo de 37 500,00 € (trinta e sete mil e quinhentos euros).

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 46/2018: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e vinte minutos do dia um de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se irá lavrar a respetiva ata, com base na presente minuta.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(*assinado no original*)

_____

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(*assinado no original*)

_____